



Índice

CONVOCATÓRIA DE ASSEMBLEIA GERAL	3
PLANO DE ATIVIDADES 2026	5
1. Análise da envolvente externa	5
1.1 Tendências Macroeconómicas	5
Economia Mundial	6
Economia Nacional	7
1.2 Tendências dos Agentes Económicos	11
1.3 Tendências Tecnológicas	17
1.4 Tendências e Análise Competitiva do Setor Bancário	21
1.5 Outlook Regulamentar	31
2. Plano de desenvolvimento para 2026	36
2.1. Características distintivas do grupo CA	36
2.2. Visão, Missão, Valores e ODS prioritários do Grupo CA	36
3. Análise Financeira do Grupo CA	39
Resultados do Grupo CA	39
Balanço do Grupo CA	42
Qualidade da carteira de crédito do Grupo CA	43
Solvabilidade, alavancagem e liquidez do Grupo CA	44
4. Plano de Marketing do Crédito Agrícola para 2026	46
Objetivos Comerciais	56
ORÇAMENTO ANO 2026	57
Pressupostos do Orçamento	57
Demonstração de Resultados	62
Balanço	63
Indicadores Bancários	64
CONCLUSÃO	65
PARECER CONSELHO FISCAL	66

PÁGINA DEIXADA EM BRANCO PROPOSITADAMENTE

Convocatória de Assembleia Geral



Nos termos do n.º 2 do artigo 26.º e dos artigos 27º e 28º dos Estatutos da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Douro e Sabor, CRL, com sede na Rua da Indústria, 2, em Palaçoulo, pessoa coletiva n.º 501760326, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Miranda do Douro sob o mesmo número, com o capital social realizado de € 5.000.000,00 (variável), convoco todos os Associados no pleno gozo dos seus direitos a reunirem-se, em Assembleia Geral Ordinária, no dia 30 de dezembro de 2025, pelas dezasseis horas e trinta minutos, na sua sede administrativa, situada na Avenida do Sabor, 59/61, em Mogadouro, para discutir e votar a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Discussão e votação da proposta de plano de atividades e de orçamento da Caixa Agrícola para 2026.
2. Deliberação sobre a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização da Caixa Agrícola para 2026.
3. Deliberação sobre a alteração da remuneração dos Membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos Vogais da Comissão de Avaliação da Caixa Agrícola, fixada para o mandato em curso de 2023-2025, para conformação com os novos Anexos 1, 2 e 3 do Estatuto Remuneratório.
4. Eleição dos Membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração da Caixa Agrícola para o triénio 2026-2028.
5. Dispensa da prestação de caução por parte dos novos Membros eleitos do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração da Caixa Agrícola, para o triénio 2026-2028.
6. Outros assuntos de interesse para a Instituição.

Se, à hora marcada, não se encontrar presente mais de metade dos Associados, a Assembleia Geral reunirá, em segunda convocatória, uma hora depois, com qualquer número.

A Assembleia reunirá fora da sede social da Caixa Agrícola devido à inexistência, nesse local, de sala com condições para a realização da mesma.

A. Voto por Correspondência

Os Associados podem exercer o seu direito de voto por correspondência, nos termos do artigo 31.º, n.ºs 3 a 6 dos Estatutos da Caixa Agrícola desde que sejam cumpridos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- i. solicitem atempadamente, por escrito, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, os boletins correspondentes a cada ponto da ordem de trabalhos e a carta que os deverá capear;

- ii. o sentido do voto seja expressamente indicado em relação a todos os pontos da ordem de trabalhos;
- iii. os boletins dêem entrada na sede da Caixa Agrícola até às dezasseis horas do segundo dia útil anterior ao da Assembleia Geral, sendo a data e hora da entrada registada em livro, registo que será encerrado pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral logo que terminado o prazo da sua válida receção.

Cada boletim deverá ser dobrado em quatro e inserido em sobrescrito, em cujo rosto será inscrito *“Votação do(a) Associado(a) ... [nome ou designação do Associado] para o Ponto ... [inscrever o número] da Ordem de Trabalhos da Assembleia Geral da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Douro e Sabor, C.R.L., convocada para as 16:30 do dia 30 de dezembro de 2024”*, sendo os referidos boletins capeados pela carta a que alude o requisito i. *supra* com a assinatura do Associado reconhecida nos termos legais.

Os votos emitidos por correspondência valerão como votos nulos em relação a propostas de deliberação apresentadas ulteriormente à emissão do voto.

B. Voto por Representação

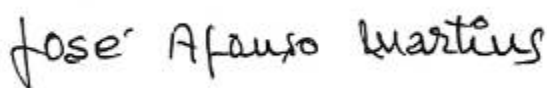
Nos termos do artigo 31.º, n.ºs 7 e seguintes dos Estatutos da Caixa Agrícola qualquer Associado poderá votar por procuração, conquanto constitua como mandatário familiar seu, desde que maior de idade, ou outro Associado, sendo que este só poderá representar um mandante.

A procuração deve ser outorgada em documento escrito, dele constando a identificação do mandante e a identificação do mandatário, pelo menos através dos seus nomes completos, números de identificação civil e respetivas moradas, data, hora e local da realização da Assembleia e ponto ou pontos da ordem de trabalhos para a qual confere o mandato e, querendo, o respetivo sentido de voto.

A procuração deverá ainda ser datada e dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com a assinatura do mandante reconhecida nos termos legais.

Palaçoulo, 24 de novembro de 2025

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral



Plano de Atividades 2026

1. ANÁLISE DA ENVOLVENTE EXTERNA

1.1. TENDÊNCIAS MACROECONÓMICAS

O contexto macroeconómico global caracteriza-se atualmente por elevada incerteza, impulsionada por tensões comerciais dos EUA com diversos parceiros, revisões frequentes nas políticas tarifárias e conflitos geopolíticos persistentes, nomeadamente na Ucrânia e no Médio Oriente. A Zona Euro evidencia sinais de fragilidade, marcada por instabilidade política, imposição de tarifas pelos EUA e os efeitos continuados da guerra na Ucrânia.

Em Portugal, o PIB registou um crescimento de +1,9% em 2024, abaixo dos +2,5% de 2023, refletindo uma desaceleração económica. O consumo privado manteve-se o principal motor do crescimento, beneficiando do aumento do rendimento disponível e da inflação mais moderada, que atenuou parcialmente o impacto do aumento dos custos da habitação. O primeiro semestre de 2025 foi marcado por eleições legislativas antecipadas, resultantes da rejeição de uma moção de confiança. A coligação AD venceu sem maioria absoluta, com o partido Chega a ultrapassar o PS como segunda força parlamentar, revelando maior polarização política e desafios acrescidos à estabilidade e governabilidade nacional.

TABELA 1: SÍNTESE DE INDICADORES MACROECONÓMICOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

	2022	2023	2024	2025P	2026P	2027P
Crescimento do PIB mundial (t.v.a.) ¹	+3,6%	+3,3%	+3,3%	+3,0%	+3,1%	+3,2%
Crescimento do PIB mundial, excluindo a UE (t.v.a.) ²	+3,3%	+3,5%	+3,6%	+3,3%	+3,1%	+3,3%
Crescimento do PIB da Zona Euro (t.v.a.) ¹	+3,5%	+0,5%	+0,9%	+1,0%	+1,2%	+1,1%
Crescimento do PIB nacional (t.v.a.) ⁴	+6,7%	+2,5%	+1,9%	+1,6%	+2,2%	+1,7%
Taxa de desemprego da UE (%) ²	6,7%	6,5%	6,4%	6,4%	6,3%	6,1%
Taxa de desemprego nacional (%) ⁴	6,1%	6,5%	6,4%	6,4%	6,4%	6,4%
Inflação na UE (t.v.a.) ²	8,4%	5,4%	2,4%	2,1%	1,7%	1,9%
Inflação em Portugal (t.v.a.) ⁴	8,1%	5,3%	2,7%	1,9%	1,8%	1,9%
Taxa de poupança dos residentes da UE (% do rendimento disponível) ²	13,2%	13,4%	15,0%	14,8%	14,5%	14,0%
Taxa de juro de curto prazo (EURIBOR a 3 meses) ²	0,3%	3,4%	3,6%	2,2%	1,9%	2,1%
Taxa de câmbio USD/EUR ²	1,05	1,08	1,08	1,13	1,16	1,16
Yield de obrigações de dívida pública portuguesa a 10 anos ³	3,59%	2,66%	2,85%	3,21%	3,40%	n.d.

Fontes: (1) World Economic Outlook Update, FMI (Jul.2025), excepto valores de 2022 de World Economic Outlook, FMI (Apr.2025). O valor de "2027P" corresponde à projecção do crescimento médio anual no período 2027-2030 (World Economic Outlook, FMI (Apr.2025)) |

(2) Eurosystem staff macroeconomic projections for the euro area, BCE (Sep.2025) | (3) Bloomberg (Ago.2025) | (4) Boletim económico de Junho de 2025 do Banco de Portugal.

Economia Mundial

Segundo o FMI, com referência a julho de 2025, o crescimento económico global deverá registar o seu valor mais baixo dos últimos anos excluindo os períodos de recessão global, +3,0%, em virtude da intensificação das tensões comerciais e da crescente incerteza geopolítica. Nos Estados Unidos, a imposição de tarifas adicionais a parceiros comerciais e retaliações, sobretudo da China, têm aumentado a volatilidade no comércio mundial. A antecipação destas mudanças levou a um aumento das importações no primeiro trimestre, com impacto negativo no PIB. Apesar disso, o mercado laboral mostrou resiliência, com a taxa de desemprego a situar-se em 4,1% em junho. As projeções apontam para um crescimento do PIB de +1,9% em 2025 e +2,0% em 2026.

TABELA 2: SÍNTESE DE INDICADORES MACROECONÓMICOS INTERNACIONAIS

	2022	2023	2024	2025P	2026P	2027P
Crescimento do PIB dos EUA ¹ (t.v.a.)	+2,5%	+2,9%	+2,8%	+1,9%	+2,0%	+2,1%
Crescimento do PIB da China ¹ (t.v.a.)	+3,1%	+5,4%	+5,0%	+4,8%	+4,2%	+3,4%
Crescimento do PIB da Alemanha ¹ (t.v.a.)	+1,4%	-0,3%	-0,2%	+0,1%	+0,9%	+0,7%
Crescimento do PIB da Espanha ¹ (t.v.a.)	+6,2%	+2,7%	+3,2%	+2,5%	+1,8%	+1,6%
Taxa de desemprego dos EUA ² (%)	3,6%	3,6%	4,0%	4,2%	4,2%	n.d.
Taxa de desemprego de Espanha ² (%)	13,0%	12,2%	11,3%	11,1%	11,0%	n.d.
Inflação na EUA ² (%)	8,0%	4,1%	3,0%	3,0%	2,5%	2,2%
Inflação em Espanha ² (%)	8,3%	3,4%	2,9%	2,2%	2,0%	2,0%
Yield de obrigações de dívida pública norte-americana a 10 anos ³	3,88%	3,88%	4,57%	4,29%	4,13%	n.d.
Yield de obrigações de dívida pública da Zona Euro a 10 anos ³	3,56%	2,83%	3,16%	3,39%	3,48%	n.d.
Yield de obrigações de dívida pública alemã a 10 anos ³	2,56%	2,02%	2,36%	2,65%	2,80%	n.d.
Yield de obrigações de dívida pública espanhola a 10 anos ³	3,65%	2,98%	3,06%	3,40%	3,57%	n.d.

Fontes: (1) World Economic Outlook Update, FMI (Jul.2025). O valor de "2027P" corresponde à projecção do World Economic Outlook, FMI (Apr.2025). (2) World Economic Outlook, FMI (Apr.2025) (3) Bloomberg (Ago.2025)

Em paralelo, o Congresso norte-americano aprovou um vasto pacote fiscal proposto pelo Presidente Donald Trump, com cortes fiscais substanciais, reforço do financiamento à defesa e ao controlo migratório, e redução de apoios sociais e ambientais. Segundo o Gabinete do Orçamento do Congresso, este pacote agravará o défice público em cerca de 3,4 biliões de dólares na próxima década, aumentando os riscos para a sustentabilidade das contas públicas.

A Reserva Federal Americana (Fed) manteve a taxa dos fundos federais entre 4,25% e 4,5% no primeiro semestre de 2025, sinalizando que só descenderá as taxas aquando de uma desaceleração sustentada da inflação. As previsões apontam para dois cortes de 25 pontos base até ao final do ano, devendo a taxa

encerrar 2025 entre 3,75% e 4%. O presidente da Fed, Jerome Powell, advertiu para os riscos inflacionistas associados à subida de tarifas aduaneiras.

A economia da Zona Euro continua a evidenciar sinais de fragilidade, influenciada pelo aumento da incerteza política, pela imposição de tarifas à União Europeia por parte dos EUA e pela manutenção da guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Em consequência, as previsões de crescimento para a região apresentam um elevado grau de moderação, com o FMI a antecipar uma taxa de crescimento de +1,0% em 2025, relativamente em linha com a evolução registada em 2024 (+0,1 p.p.). Ainda assim, registam-se alguns sinais positivos que contribuirão para um aumento recente da confiança dos agentes económicos. Com o objetivo de impulsionar a atividade económica, o Governo da Alemanha aprovou recentemente um pacote de alívio fiscal no valor de 46 mil milhões de euros, embora os efeitos desta medida não se façam sentir de forma imediata.

No 1º semestre de 2025, o Banco Central Europeu (BCE) consolidou o ciclo de flexibilização da sua política monetária. Neste período, a instituição reduziu a taxa de facilidade de depósito em 75 pontos base, fixando-a em 2%. O BCE justificou estas decisões com a redução sustentada da inflação, que se aproximou da meta de 2%, considerando que o processo desinflationista se encontra bem encaminhado.

Na Cimeira da NATO em Haia, os países da Aliança comprometeram-se a investir 5% do PIB em defesa até 2035, repartidos entre capacidades militares (3,5%) e infraestruturas de uso militar (1,5%), com revisão prevista para 2029. Em setembro, foi emitida na Euronext a primeira obrigação de defesa europeia, destinada a financiar projetos no sector da defesa e segurança.

Economia Nacional

O Banco de Portugal antecipa uma evolução moderadamente positiva para a economia nacional, apoiada pela retoma dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e pela solidez do emprego, impulsionado pela entrada de trabalhadores estrangeiros em sectores de remuneração inferior à média. Prevê-se que, nos próximos três anos, o crescimento nacional supere em cerca de 0,7 pontos percentuais o da área do euro, com a inflação próxima dos 2%. O investimento e as exportações deverão ganhar protagonismo, enquanto o consumo privado irá abrandar em 2025, estabilizando nos anos seguintes. O rendimento disponível das famílias deverá continuar a crescer, mas a taxa de poupança tenderá a diminuir gradualmente, resultado de uma política monetária mais acomodatória e da estabilização das taxas de juro.

TABELA 3: SÍNTESE DE INDICADORES MACROECONÓMICOS NACIONAIS

	2022	2023	2024	2025P	2026P	2027P
Crescimento do PIB (t.v.a.) ¹	+6,7%	+2,5%	+1,9%	+1,6%	+2,2%	+1,7%
Evolução do Consumo Privado (t.v.a.) ¹	+5,8%	+1,7%	+3,2%	+2,2%	+2,0%	+1,9%
Evolução do Consumo Público (t.v.a.) ¹	+1,7%	+1,0%	+1,1%	+1,0%	+1,0%	+0,7%
Evolução da Formação Bruta de Capital Fixo (t.v.a.) ¹	+3,0%	+2,5%	+3,0%	+2,1%	+5,8%	+0,1%
Evolução das Exportações (t.v.a.) ¹	+16,7%	+4,1%	+3,4%	+1,7%	+2,6%	+2,9%
Evolução das Importações (t.v.a.) ¹	+11,1%	+2,2%	+4,9%	+3,4%	+3,2%	+2,2%
Dívida pública / PIB (%) ¹	113,9%	99,1%	94,9%	91,1%	88,4%	85,8%
Taxa de poupança dos residentes (% do rendimento disponível) ²	7,3%	8,3%	12,2%	11,9%	11,6%	n.d.
Indicador de confiança dos consumidores ^{3,4}	-36,6	-25,7	-15,7	n.d.	n.d.	n.d.
Indicador de confiança no sector da indústria transformadora ^{3,4}	-6,5	-9,5	-4,4	n.d.	n.d.	n.d.
Indicador de confiança no sector do comércio ^{3,4}	2,8	4,6	4,0	n.d.	n.d.	n.d.
Indicador de confiança no sector de construção ^{3,4}	-5,5	-3,9	4,4	n.d.	n.d.	n.d.
Indicador de confiança no sector de serviços ^{3,4}	6,2	2,5	16,8	n.d.	n.d.	n.d.

Fonte: (1) Boletim económico de Junho de 2025 do Banco de Portugal | (2) Spring 2025 Economic Forecast European Commission |

(3) BP Stat Banco de Portugal, considera o valor de Dezembro do ano indicado.

NOTAÇÃO DE RATING DA REPÚBLICA (Risco País)

A avaliação de risco de crédito atribuída à dívida pública portuguesa pelas agências de notação financeira tem apresentado uma evolução positiva, refletindo o reforço da confiança internacional pelos investidores externos.

	Fitch		S&P		Moody's	
	Notação anterior	Notação actual	Notação anterior	Notação actual	Notação anterior	Notação actual
Rating	A-	A	A	A+	A3	A3
Perspectiva	Positiva	Estável	Positiva	Estável	Estável	Estável
Data de revisão	mai/25	set/25	fev/25	ago/25	nov/24	mai/25

FACTORES DE RISCO E OPORTUNIDADES PARA O SECTOR FINANCEIRO E PARA O GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA EM 2026 E 2027

Para referência, os seguintes temas podem influenciar significativamente o desempenho do mercado nacional e dos mercados internacionais nos próximos anos, originando um conjunto de riscos e oportunidades para o modelo de negócio do Grupo Crédito Agrícola que devem ser mitigados e capitalizadas, respetivamente.

TABELA 4: SÍNTESE DE RISCOS E OPORTUNIDADES PARA O GRUPO CA

FACTORES	RISCOS	OPORTUNIDADES
CONFLITOS E TENSÕES GEO-ESTRATÉGICAS <i>Ex: Prolongamento da guerra na Ucrânia, conflito no Médio Oriente.</i>	– Disrupções em cadeias de fornecimento (bens essenciais, bens energéticos), com impacto em sectores com elevado peso de importações; – Desvio de recursos financeiros de áreas da sociedade como a saúde ou a educação para o reforço de orçamento militar; – Aumento da volatilidade nos mercados financeiros; – Aumento de eventos de branqueamento de capitais e de financiamento de terrorismo.	– Reforço da autonomia e resiliência económica da Europa e de Portugal através da reconfiguração das cadeias de abastecimento; – Resposta à procura de ativos de refúgio e de produtos de investimento baseados no financiamento de projetos nas áreas da defesa e segurança; – Resposta à procura de financiamento de sectores específicos que tendem a ser mais beneficiados (ex. defesa, segurança, energia, tecnologia, turismo na Europa Ocidental).
INCERTEZA POLÍTICA E COMERCIAL <i>Ex: Tarifas impostas pelos EUA, política económica, crescimento da representatividade dos partidos de extrema-direita, bipolarização social da sociedade.</i>	– Aumento das medidas protecionistas que afetem o comércio a nível global, por via de restrições na oferta e aumento dos preços; – Aumento da polarização política e da instabilidade social; – Abrandamento do crescimento económico global, com especial impacto em economias baseadas na exportação (ex. União Europeia e Ásia); – Alterações na política cambial, com impacto nos preços, retornos de investimentos e crescimento económico.	– Melhoria das condições económicas de empresas e indivíduos cuja carga fiscal poderá reduzir em resultado das reformas tributárias e dos incentivos ao investimento interno na UE (nomeadamente através de medidas de desregulamentação - ex. pacote Omnibus); – Reforço da integração bancária europeia e união dos mercados de capitais; – Preferência por instituições bancárias nacionais, seguras e de confiança com presença local; – Aumento da procura por instrumentos de cobertura de risco (<i>hedging</i>).
POSICIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS RELEVANTES <i>Ex. Alterações nas políticas, intervencionismo crescente na economia por parte dos órgãos governativos.</i>	– Aumento dos níveis de incerteza e desconfiança, o que tende a enfraquecer a confiança de consumidores e empresas e, consequentemente, reduz e adia o consumo privado e o investimento empresarial; – Adoção de políticas públicas que podem distorcer o funcionamento do mercado, criando dependência de apoios e desincentivando o investimento do sector privado em inovação e eficiência.	– Implementação de reformas estruturais e programas de estímulo económico (ex. Plano de Recuperação e Resiliência, PT2030 e garantias do Banco Português de Fomento); – Criação de iniciativas que facilitem o acesso ao crédito à habitação (ex. apoios ao financiamento de jovens para habitação própria principal); – Expansão de linhas de crédito com garantia pública e participação dos bancos em programas de financiamento ESG.

FACTORES	RISCOS	OPORTUNIDADES
RISCO DE MERCADO <i>Ex. Volatilidade elevada e fluxos especulativos, Volatilidade cambial, Redução da liquidez nos mercados secundários, oscilações nas taxas de juro.</i>	–Aumento do risco de correções significativas, especialmente nos ativos com maior perfil de risco; –A valorização excessiva e a elevada concentração de risco nos mercados acionistas, especialmente no sector tecnológico norte-americano, aumentam a exposição a choques inesperados e fragilizam a estabilidade financeira.	–Atração de capital para mercados / sectores subavaliados e reposicionamento de carteiras; –Redução da carteira de ativos contabilizados ao justo valor; –Valorização dos serviços de consultoria financeira e <i>research</i>; –Revisão da precificação de risco e ajustamento dos <i>spreads</i>.
RISCO DE LIQUIDEZ <i>Ex. Redução dos níveis de poupança e decréscimo das taxas de juro dos depósitos que poderão afetar negativamente o montante disponível.</i>	–Reduzida capacidade de poupança das famílias, em resultado do agravamento do custo de vida (inflação e encargos com habitação) e dos elevados custos de financiamento; –Transferência de depósitos para produtos com maior rentabilidade (ex. fundos de investimento, certificados de aforro) e para depósitos com taxas de juro superiores oferecidas por bancos digitais / <i>neobanks</i> com uma estratégia de preço "mais agressiva" (ex. "Trade Republic").	–Diversificação das fontes de financiamento, com maior exposição a passivos com maturidade de longo prazo; –Otimização das condições oferecidas para fidelização de clientes, incluindo, por ex., a exigência de manutenção de um saldo mínimo em conta ou aplicações em depósitos a prazo / poupança, de modo a beneficiar da isenção de comissões, acesso a <i>cashback</i> ou bonificações nas taxas de juro dos depósitos a prazo; –Revisão da oferta a Associados.
RISCO IMOBILIÁRIO <i>Ex. Sobrevalorização persistente dos preços dos imóveis, Deterioração da capacidade de serviço da dívida das famílias, Risco de incumprimento em crédito promotor.</i>	–O mercado imobiliário português continua sobrevalorizado, com preços reais das habitações que duplicaram desde 2015; –Risco de incumprimento em segmentos mais vulneráveis, especialmente entre os jovens; –Elevada exposição ao crédito à habitação e ao financiamento de projetos imobiliários, aumenta o risco sistémico em caso de choque no sector; –Eventual correção nos preços dos imóveis pode obrigar os bancos a reavaliar garantias.	–Diversificação da oferta dos bancos em matéria de crédito à habitação, ex. diferentes tipologias de taxas ou planos de pagamento; –Aumento das vendas cruzadas com a comercialização de seguros ou outro tipo de produtos que permitam reduzir o impacto do spread na proposta de valor ao Cliente; –Diversificação da tipologia de colaterais exigidos pelo sistema financeiro.
DISRUPÇÕES TECNOLÓGICAS <i>Ex: Aumento da aderência à IA, incremento de ciberataques e da disseminação de <i>fakenews</i>; reforço do poder económico, financeiro e social de empresas tecnológicas; crescimento da procura por ativos virtuais.</i>	–Perdas financeiras diretas e de credibilidade das instituições / individualidades alvo de ciberataques informáticos; –Disrupção do mercado no sector financeiro com a entrada de novos <i>players</i> (ex. Revolut) e ou do próprio Regulador nacional e Europeu (ex. BCE com a adoção do Euro digital e do projeto do "EU Savings and Investment Account" e o Banco de Portugal com o serviço de transferências SPIN).	–Financiamento de novas tecnologias que melhorem o bem-estar social e que possam ser geradoras de novos empregos tecnológicos; –Parcerias com <i>fintechs</i> e empresas tecnológicas para a disponibilização de novos serviços e produtos financeiros para clientes; –Investimento em infraestruturas energéticas para responder ao aumento do consumo associado a <i>Data Centers</i> e I.A..
DISRUPÇÕES RELACIONADAS COM FACTORES CLIMÁTICOS <i>Ex: Aumento da frequência de eventos climáticos extremos como secas, ondas de calor, incêndios, entre outros; crescente ocorrência de processos de <i>greenwashing</i>; reforço do discurso e práticas anti transição climática com as necessidades energéticas presentes.</i>	–Perdas imediatas de ativos expostos aos eventos extremos e no médio-longo prazo na produção agrícola e na saúde das populações; –Disrupção do mercado financeiro e fragilização da credibilidade dos investimentos ecológicos; –Desvio de recursos do investimento a longo-prazo em energia limpa para "ressuscitar" outras fontes de energia menos sustentáveis com maiores resultados financeiros de curto prazo; –Incumprimento das regulamentações em vigor em matérias de sustentabilidade.	–Ajustamento da oferta bancária para acomodar os impactos / riscos climáticos, ex. financiar o investimento a transição climática e a adaptação / mitigação às referidas alterações; –Adoção de opções climáticas mais concretas e rigorosas, beneficiando da crescente informação e dos mecanismos de maior escrutínio por parte de Governos, Supervisores, Agências de <i>rating</i>, Investidores e Associações; –Promoção de um processo de transição climática inclusivo através de formação / sensibilização dos agentes económicos.
DISRUPÇÕES SOCIAIS E REGULAMENTARES <i>Ex: Envelhecimento; agravamento da pobreza e das desigualdades sociais; aumento da contestação; incremento dos requisitos regulamentares; aumento da consciencialização relativa ao bem-estar e a saúde mental dos colaboradores.</i>	–Envelhecimento populacional, acentuado pela baixa natalidade e emigração jovem, com impactos laborais negativos (ex. redução da população ativa, escassez de talento, pressão no financiamento das pensões e da saúde); –Quebras de produtividade, aumento da rotatividade; aumento da precaridade; –Aumento do esforço e encargos relacionados com o incremento de obrigações regulamentares e legais (ex. PBC/FT).	–Aumento da produtividade através de jovens colaboradores qualificados (ex. literacia digital) e colaboradores que reintegrem a vida ativa; –Integração de imigrantes com competências indisponíveis no mercado doméstico; –Promoção da inclusão, da inovação, de hábitos saudáveis e de um equilíbrio profissional / pessoal, com benefícios ao nível da saúde mental e da produtividade. –Reforço da cultura de melhoria contínua.

1.2. TENDÊNCIAS DOS AGENTES ECONÓMICOS

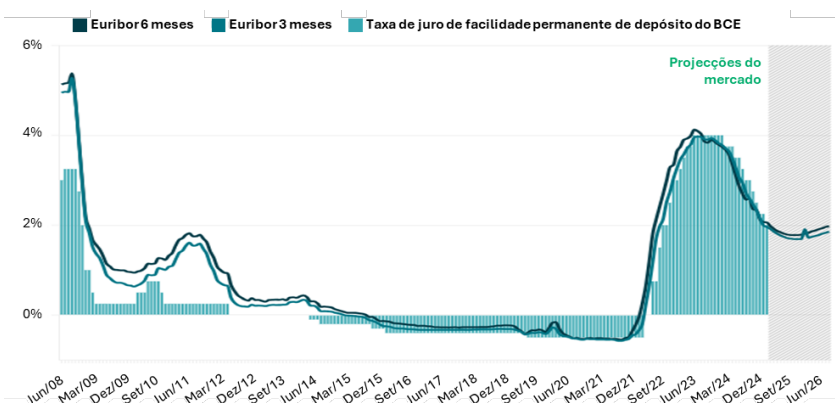
No atual enquadramento do sistema bancário português, observa-se uma evolução significativa no sentido da digitalização, da personalização e da adoção de práticas sustentáveis nos produtos e serviços financeiros. A procura por produtos financeiros seguros e sustentáveis reflete as alterações no comportamento dos consumidores, em resposta às incertezas económicas que se antecipam.

Para assegurar a competitividade, os bancos deverão criar e promover as condições necessárias à atração e retenção de profissionais qualificados, bem como adaptar as suas ofertas às novas necessidades e preferências dos agentes económicos, assegurando que as respetivas propostas de valor se encontram alinhadas com as expectativas do mercado. A monitorização contínua das preferências dos respetivos agentes económicos, aliada à incorporação de inovações tecnológicas, será determinante para o sucesso das instituições bancárias em 2026.

AGENTES ECONÓMICOS – CONSUMIDORES

A procura por crédito à habitação deverá manter-se relativamente estável, com uma preferência crescente por modalidades de taxa fixa e mista, refletindo a valorização da previsibilidade num contexto de taxas de juro ainda voláteis. Esta tendência poderá ser favorecida por medidas públicas de apoio ao financiamento, como a garantia estatal e a isenção do Imposto Municipal sobre Transmissões (IMT) para jovens até aos 35 anos, bem como pela trajetória descendente das taxas de juro de referência. A Euribor a três meses tem vindo a estabilizar em valores próximos de 2% (a taxa média mensal foi de 1,984% em junho de 2025, 1,987% em julho e 2,021% em agosto), contribuindo para condições de financiamento mais atrativas e previsíveis para os mutuários (gráfico abaixo).

Gráfico 3: Evolução das Taxas Euribor e Projeções do Mercado¹



¹ Fonte: ECO, Refinitiv, Banco Central Europeu, Chatam Financial. Notas: Cotação das taxas Euribor no último dia do mês. Previsões para as Euribor a 3 e 6 meses após 4 de Junho de 2025 com base nos *forward contracts* da Euribor a 3 e 6 meses a 5 de Junho de 2025.

Com a redução da Euribor, a produção de crédito à habitação poderá registar um acréscimo, impulsionada pela maior acessibilidade das prestações mensais. Todavia, esta dinâmica tende a exercer pressão sobre as margens financeiras dos bancos, que poderão revelar-se mais reduzidas caso não se verifique uma compensação através do aumento do volume de operações. Para mitigar este efeito, assume particular relevância o reforço da estratégia de venda cruzada, nomeadamente a oferta de produtos complementares, como seguros de capitalização ou outras soluções fora do balanço (off-balance). Também é expectável o crescimento da transferência de créditos entre instituições, com os clientes particulares a procurarem melhores condições e spreads mais baixos.

Relativamente ao crédito pessoal, é expectável que a procura se mantenha elevada mantendo os níveis históricos recentes, destacando-se finalidades associadas à formação, saúde e obras de eficiência energética (+21,4% entre junho de 2024 e 2025²). Os clientes particulares evidenciam uma crescente maturidade financeira, valorizando a transparência nas taxas, a flexibilidade nos prazos e a oferta de produtos complementares, como seguros associados.

A expansão do crédito acarreta riscos acrescidos de incumprimento, principalmente no segmento de habitação. O aumento dos preços dos imóveis, que registou uma subida média de 9,0% em 2024, deverá prolongar-se até 2027, ainda que a um ritmo mais moderado e descendente (entre 5% e 3%)³, sustentado pela procura contínua de crédito à habitação e pela escassez de oferta em zonas urbanas. Este enquadramento contribui para o agravamento do rácio de endividamento dos particulares, especialmente entre os jovens beneficiários de apoios estatais (ex. isenção do IMT), que, embora facilitem o acesso à habitação, podem conduzir a uma maior exposição financeira e reduzir a margem disponível para o cumprimento das obrigações de crédito. Os depósitos de particulares, que atingiram 196 mil milhões de euros em jun.2025 (+4,9% face a jun.2024)⁴, deverão continuar a crescer, embora se preveja um certo grau de desaceleração, em resultado da normalização da política monetária e do reforço da confiança no consumo⁵.

O cliente bancário tem vindo a adaptar-se às transformações do mercado, acompanhando a crescente digitalização do sector. A preferência pelo canal móvel tem-se intensificado, embora as agências continuem a desempenhar um papel relevante, especialmente no aconselhamento financeiro.

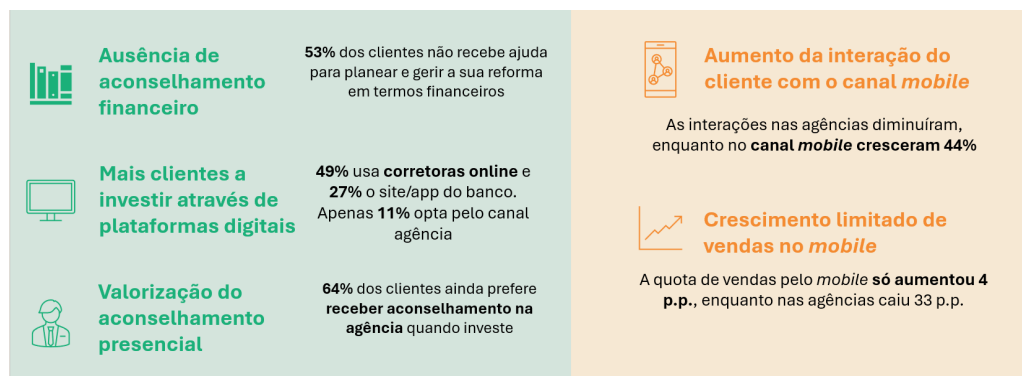
² Fonte: Banco de Portugal, Portal do Cliente Bancário - Evolução dos Novos Créditos.

³ Fonte: S&P Global Ratings, 2022-2027.

⁴ Fonte: BP Stat, Banco de Portugal.

⁵ Fonte: Banco de Portugal, Estatísticas Monetárias, 2025.

Figura 1: Comportamento do Cliente Bancário



Fonte: Kearney, *Retail Banking Radar*, 1T2025, baseado num survey a clientes bancários baseados em PT, ES, IT & Finalta by McKinsey

Em 2026, o sector bancário português deverá caracterizar-se por uma dinâmica comercial equilibrada, com os clientes particulares a manterem uma postura prudente, mas ativa na gestão financeira. A preferência por depósitos continuará a verificar-se, embora com menor intensidade, enquanto o recurso ao crédito deverá acompanhar a evolução favorável do enquadramento macroeconómico e da melhoria das condições de financiamento. A procura por soluções bancárias será cada vez mais influenciada por critérios de eficiência, simplicidade e adequação às necessidades individuais, reforçando a importância da inovação nos canais de distribuição e da diversificação da oferta de produtos financeiros.

AGENTES ECONÓMICOS – EMPRESAS

O sector empresarial encontra-se em acelerada transformação, exigindo uma capacidade reforçada de adaptação estratégica e operacional às organizações. Entre os principais vetores de mudança destacam-se o alinhamento com as metas ESG (ex. descarbonização), a crescente incorporação de inteligência artificial (IA) nos processos, a flexibilização e reconfiguração de estruturas organizacionais para maior agilidade, e o reforço nos níveis de capital e financiamento para absorver o impacto das tensões geopolíticas e da incerteza macroeconómica.

As tendências que mais influenciam as Empresas incluem:

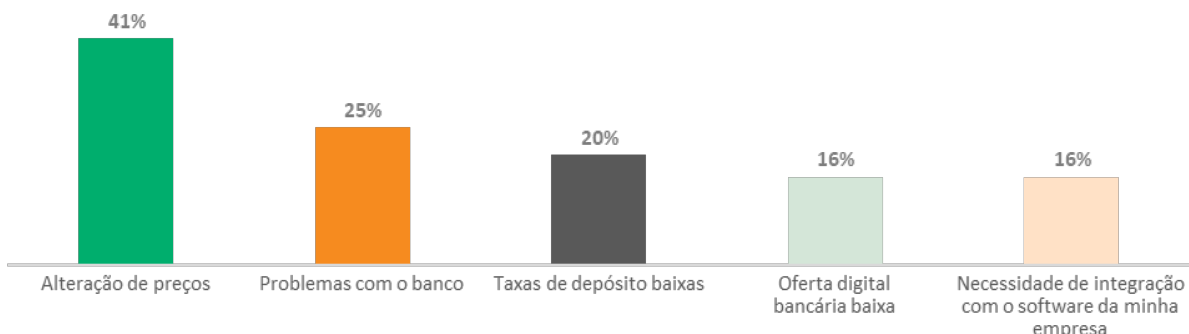
- Intensificação das pressões geopolíticas: a rivalidade entre grandes blocos económicos, bem como conflitos regionais, poderá comprometer cadeias de fornecimento globais. Como resposta, as empresas adotam estratégias de regionalização e nearshoring, reduzindo a exposição a cadeias longas e vulneráveis;
- Sustentabilidade e ESG: consumidores, investidores e reguladores exigem práticas ambientais, sociais e de governação mais robustas. Isto obriga a investimentos estruturais que, além de assegurar conformidade, se traduzem em vantagens competitivas e fatores críticos de posicionamento;
- Transformação digital acelerada: a integração do comércio eletrónico, da presença digital omnicanal e da IA - aplicada à automatização, análise de dados e

personalização da experiência do cliente - torna-se essencial para a eficiência operacional. Plataformas digitais e serviços em cloud reforçam a colaboração remota, a segurança da informação e a escalabilidade dos negócios;

- Cibersegurança como prioridade estratégica: perante a intensificação das ameaças digitais, as empresas necessitam de estratégias robustas de proteção de ativos, dados e reputação, transformando a cibersegurança num pilar de confiança e diferenciador competitivo;
- Adaptação da oferta e aposta na relevância: num mercado global altamente concorrencial, a personalização da oferta às especificidades locais e às circunstâncias de consumo constitui uma oportunidade para reforçar a diferenciação e aumentar a relevância;
- Condições financeiras mais favoráveis: a tendência de redução da inflação poderá permitir descidas graduais das taxas de juro em alguns mercados, criando espaço para operações de fusões e aquisições. Tal dinâmica exigirá ajustamentos estratégicos face à alteração da concorrência sectorial;
- Agilidade e inovação contínua: num ambiente marcado por incerteza persistente e mudança acelerada, a capacidade de antecipar cenários, inovar nos modelos de negócio e responder com agilidade será decisiva para a sobrevivência e o crescimento sustentável das organizações.

No contexto das PME e na relação específica com o sector financeiro, observa-se que a maioria recorre a mais do que um banco, sobretudo devido à ausência de determinados produtos no seu banco principal⁶. As PME revelam ainda baixa confiança nas fintechs, recorrendo apenas para obter serviços simples que os bancos tradicionais não oferecem, como cartões digitais com limite definido. A insatisfação com canais remotos, devido a processos lentos e pouco intuitivos, reforça a preferência pelo atendimento presencial em agências. Na maioria dos casos, o banco empresarial coincide com o pessoal, sendo esta escolha influenciada por contabilistas, assessores financeiros e contactos pessoais. A principal motivação para mudar de banco é a obtenção de melhores condições de preço, embora outros fatores também tenham relevância (ver Gráfico 4).

Gráfico 4: Principais Razões que Influenciam a Mudança de Banco⁷



⁶ Fonte: McKinsey & Company, Spain SME Survey, 2024.

AGENTES ECONÓMICOS – COLABORADORES

A Gestão de Pessoas tornou-se central nas organizações, sendo reconhecida como peça estratégica para o êxito empresarial e valorizando o capital humano como fator decisivo. Neste cenário em constante mudança, os profissionais de Recursos Humanos enfrentam o desafio de criar uma proposta de valor (employee value proposition) atrativa que promova a motivação e retenção de talento, não só através de remunerações competitivas, mas também oferecendo oportunidades de carreira, equilíbrio entre vida pessoal e profissional, benefícios complementares e um ambiente de trabalho saudável.

Estes aspetos, aliados ao compromisso da empresa com a sustentabilidade e responsabilidade social, contribuem para consolidar uma cultura centrada nas pessoas. A rápida transição para a IA, a digitalização, e as novas exigências regulatórias, tal como a nova diretiva europeia sobre transparência salarial, impõem à Gestão de Pessoas uma postura inovadora e adaptativa, posicionando esta área como motor de transformação. Assim, as políticas de Recursos Humanos devem antecipar desafios, promover a qualificação contínua, estimular a inovação e reforçar o valor individual de cada colaborador, reconhecendo que são estes o verdadeiro ativo estratégico e elemento essencial para a competitividade e sustentabilidade das empresas.

Figura 2: Principais Tendências na Gestão de Recursos Humanos em 2025⁷



⁷ Fonte: Great Place to Work Portugal.

AGENTES ECONÓMICOS – INVESTIDORES

Os investidores portugueses continuam a privilegiar os depósitos bancários como principal forma de poupança. Em julho de 2025, as poupanças das famílias nos bancos atingiram os valores mais elevados de sempre⁸. Este comportamento reflete uma aversão ao risco e uma insuficiente literacia financeira.

Não obstante, observa-se uma mudança de paradigma, com os fundos de investimento a registarem cada vez maior adesão. De acordo com a APFIPP, em agosto de 2025, os ativos sob gestão dos fundos de investimento em Portugal totalizaram 38,4 mil milhões de euros (+15,3% face ao período homólogo). Os fundos de investimento mobiliário destacaram-se como os que registaram o maior crescimento em ativos sob gestão face a 2024.

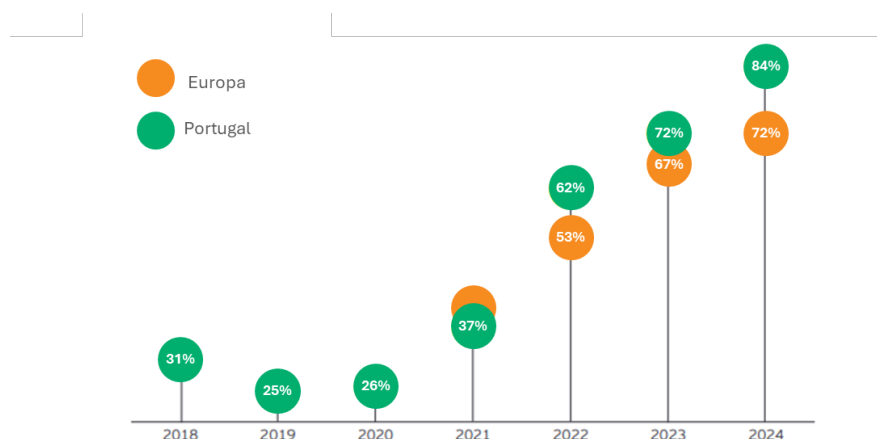
Paralelamente, nos mercados de capitais, os investidores têm vindo a ajustar as suas estratégias, em face do aumento das incertezas globais e do desenrolar de múltiplos conflitos geopolíticos. Neste sentido, os fundos globais fora dos EUA registaram as maiores entradas de capital dos últimos quatro anos e meio⁹. Os investidores estão a diversificar geograficamente, procurando maior estabilidade e valorização em mercados europeus e asiáticos, devido à crescente preocupação com a economia norte-americana, à sobrevalorização dos mercados acionistas e à depreciação do dólar. Adicionalmente, o ouro tem sido um dos principais ativos de refúgio.

No que respeita ao investimento estrangeiro, e segundo um estudo da EY¹⁰, Portugal tem registado uma evolução mista nos últimos anos. Após dois anos consecutivos de crescimento, o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) desacelerou em 2023, alinhando-se com a tendência europeia. Ainda assim, os planos de investimento mantêm-se em máximos históricos: oito em cada dez investidores pretendem estabelecer ou expandir operações em Portugal no próximo ano, superando a média europeia de 72%. Além disso, 77% dos investidores acreditam que a atratividade do país irá melhorar nos próximos três anos, um aumento significativo face aos 49% registados em 2021. Os sectores mais procurados mantêm-se estáveis, com destaque para Software & IT Services (36%), Serviços Empresariais e Profissionais (21%) e Transportes e Logística. Adicionalmente, a boa classificação de Portugal, pelas principais agências de rating, continuará a ser um fator determinante para a perceção de risco dos investidores internacionais, contribuindo para a atração de mais investimento.

⁸ Fonte: Jornal de Negócios, "Poupanças paradas nos depósitos atingem novo recorde de 197,8 mil milhões de euros", Agosto de 2025.

⁹ Fonte: Banco Invest, "Investidores Globais migram das acções EUA para as europeias e emergentes", Agosto de 2025.

¹⁰ Fonte: EY, "Attractiveness Survey Portugal", Setembro 2024.

Gráfico 5: Evolução da atratividade de Portugal no âmbito de Planos de Investimento¹¹

1.3. TENDÊNCIAS TECNOLÓGICAS

As tendências tecnológicas para 2026 têm como foco a personalização, confiança e eficiência dos serviços financeiros. A mutação da banca tradicional para um ecossistema inteligente, híbrido e sustentável, capaz de proporcionar experiências únicas e responder com rapidez às exigências dos clientes e às pressões concorrenciais e regulatórias, passará pela sua afirmação como plataforma aberta e resiliente, preparada para liderar a próxima vaga de inovação, consolidando o seu papel como agente de inclusão, segurança e valor económico.

EXPERIÊNCIAS FINANCEIRAS HÍBRIDAS E INTELIGENTES

No contexto de transformação digital bancária, ganha relevo a necessidade de experiências financeiras híbridas e inteligentes, que combinem a conveniência digital com a proximidade e confiança do atendimento presencial, reforçando o vínculo emocional à marca e potenciando a fidelização.

A omnicanalidade assume-se como eixo estratégico, com uma experiência integrada entre canais, suportada por plataformas consistentes, arquiteturas abertas e integração via APIs. Paralelamente, a personalização contextual, baseada em dados de localização e comportamento, permite ajustar ofertas e benefícios ao cliente, potenciando a monetização através de parcerias estratégicas e acrescentando valor ao relacionamento bancário.

Este movimento é impulsionado pela proposta europeia em discussão, Financial Data Access (FiDA), que promove o uso ético e consentido dos dados ao serviço do Open Finance, para criar valor ao cliente¹¹. Em paralelo, a rede de agências evolui para hubs de promoção digital e de suporte cada vez mais automatizado, reduzindo custos e tempos de resposta, melhorando a experiência e a eficiência operacional.

MODERNIZAÇÃO CORE BANCÁRIO

A modernização do *core* bancário tornou-se uma necessidade estratégica para que as instituições financeiras mantenham a sua competitividade num cenário centrado na experiência do cliente, bem como para corresponder às evoluções constantes ao nível regulatório e legal. Os sistemas *core* tradicionais, frequentemente baseados em tecnologias *legacy*, impõem restrições quanto à escalabilidade, flexibilidade, integração e suporte a novos modelos de negócio, como o *open banking*, serviços em tempo real e ecossistemas digitais.

A modernização do *core* pode gerar, em termos médios, ganhos de 20 a 30% na eficiência operacional e reduzir custos de IT, enquanto aumenta a capacidade de personalização e acelera o *time-to-market*¹². Em termos globais, o investimento das instituições financeiras na modernização do *core* bancário deverá ultrapassar 50 mil milhões de dólares até 2028, refletindo a re-priorização estratégica desta transformação.

Esta evolução acarreta também desafios significativos, onde se destaca a complexidade na migração de sistemas *legacy*, a gestão rigorosa do risco operacional, o cumprimento das normas regulatórias e a escassez de talento especializado. A solução mais adotada é a migração progressiva para uma arquitetura composta, combinando a coexistência entre sistemas antigos e novos, minimizando riscos e garantindo a continuidade do negócio.

DA BANCA-PRODUTO À BANCA-PLATAFORMA

O sector bancário está a transitar de um modelo centrado em produtos isolados para um paradigma de plataforma, aberto a ecossistemas e parceiros. O crescimento do *embedded finance* e *open finance* torna-se essencial para acelerar a inovação, com os bancos a assumirem o papel de marketplaces de

¹¹ Fonte: EIOPA, *Open Finance: European Union's next step*.

¹² Fonte: McKinsey, *Technology Trends Outlook 2025 & Modernizing core technology, without breaking the bank*.

serviços e a integrarem APIs de terceiros, segundo a Gartner¹³ e a McKinsey¹⁴. Assim, os serviços financeiros tornam-se parte invisível do quotidiano digital dos clientes, criando oportunidades adicionais de monetização de infraestruturas e dados.

A McKinsey adianta que bancos que adotem o *embedded finance* expandem as ofertas, disponibilizando crédito, seguros ou pagamentos em canais não financeiros - desde *marketplaces* a plataformas de mobilidade. A Deloitte¹⁵ reforça que o futuro da banca reside em plataformas interoperáveis, criadoras de valor via parcerias e acesso contínuo a dados. A abertura a ecossistemas pode enfraquecer a relação direta com o cliente e a capacidade de *upsell* e *cross-sell*, mas este modelo também oferece oportunidades na expansão do alcance através de canais não tradicionais e na geração de receitas por serviços de plataforma, incluindo modelos *as-a-service*.

GENERATIVE AI

A digitalização transformou a banca, promovendo eficiência, redução de custos e elevando as expectativas dos clientes, que agora exigem respostas céleres e experiências personalizadas. Neste cenário, a GenAI destaca-se ao otimizar processos e potenciar a personalização do atendimento. O objetivo da GenAI não é apenas eficiência, mas também humanizar os serviços financeiros, oferecendo experiências personalizadas mesmo através de canais digitais tradicionalmente impessoais. A Agentic AI apresenta-se sob a forma de agentes, proactivos, adaptáveis e autónomos a planear, decidir e executar tarefas complexas sem intervenção humana.

Figura 3: Exemplos de aplicação de Agentic AI na operação bancária¹⁶

	AML E PREVENÇÃO DE FRAUDE	Operações rápidas e a orquestração entre múltiplas contas podem gerar alertas de atividade suspeita ou levantar suspeitas de esquemas com contas de “mula”. Um “AI factory” pode supervisionar dezenas de agentes digitais, aumentando a produtividade em 200% a 2.000%.
	SERVIÇO AO CLIENTE E PERSONALIZAÇÃO	Oferta de experiências hiperpersonalizadas e reduzindo tempos de resposta. A Gartner prevê que 80% das interações de suporte serão resolvidas autonomamente por agentes até 2029.
	GESTÃO DE TESOURARIA E LIQUIDEZ	Optimização de posições de liquidez em tempo real, ajustando estratégias de <i>pricing</i> e cobertura.
	COMPLIANCE E RELATÓRIOS REGULATÓRIOS	Automatização de verificações complexas e geração de relatórios auditáveis, garantindo conformidade com normas como DORA e RGPD.
	TRADING E GESTÃO DE PORTEFÓLIOS	Agentes autónomos monitorizam mercados, identificam correlações e executam ordens em milissegundos, aumentando eficiência e mitigando riscos.

¹³ Fonte: Gartner, *Top Strategic Technology Trends 2025: Agentic AI*.

¹⁴ Fonte: McKinsey, *Embedded finance: Who will lead the next payments revolution? & How banks and customer platforms are converging*.

¹⁵ Fonte: Deloitte Digital, *Digital transformation for banking*.

¹⁶ Fonte: Gartner, “*Gartner Predicts Agentic AI Will Autonomously Resolve 80% of Common Customer Service Issues (...) by 2029*”, Março de 2025.

Apesar do seu potencial transformador, a implementação da Agentic AI enfrenta desafios, como a integração com sistemas internos, a necessidade de governação e a exigência de explicabilidade nas decisões automáticas por parte de reguladores e clientes. É fundamental garantir mecanismos robustos de auditoria, mitigar riscos éticos e enviesamentos algorítmicos, e assegurar decisões justas e conformes às normas regulatórias. Paralelamente é necessário endereçar a escassez de talento especializado e a definição de frameworks regulatórios claros.

CONFIANÇA DIGITAL

A confiança digital tornou-se um elemento central na estratégia dos bancos, num contexto em que a digitalização massiva e a proliferação de tecnologias emergentes aumentam a complexidade e frequência das ameaças. A Gartner¹⁷ define confiança digital como a capacidade de garantir que identidades, dados e interações são autênticos, seguros e conformes, mesmo em ambientes distribuídos e dinâmicos. Esta confiança é sustentada por tecnologias que transformam a forma como os bancos protegem os seus ecossistemas digitais.

Um dos pilares fundamentais da confiança digital é a resiliência operacional digital, que se traduz na capacidade das instituições financeiras para prevenir, resistir, responder e recuperar de incidentes (ataques cibernéticos, falhas tecnológicas ou eventos disruptivos) que possam comprometer a continuidade das operações críticas. No contexto regulatório europeu, o DORA (*Digital Operational Resilience Act*) reforça a necessidade de adotar estratégias proactivas e robustas, estabelecendo um quadro normativo harmonizado que impõe requisitos rigorosos em matérias de governação, gestão de riscos TIC, reporte de incidentes, testes de resiliência e supervisão de prestadores críticos de serviços tecnológicos.

Entre as tendências mais relevantes, salienta-se a segurança contra desinformação, uma prioridade emergente face ao crescimento de conteúdos falsos e da manipulação digital potenciados por GenAI e *deepfakes*. A Gartner¹⁸ prevê que, até 2028, metade das organizações disponha de soluções específicas para mitigar riscos de desinformação (<5% em 2024). Para o sector bancário, isto reforça a necessidade de proteger os dados, bem como a reputação e a integridade das comunicações com clientes e com o mercado.

¹⁷ Fonte: Gartner Research, "Definition: Digital Trust", Maio de 2017.

¹⁸ Fonte: Gartner, *Top Strategic Technology Trends*, 2025

O investimento global em cibersegurança continua a crescer de forma acelerada. A IDC projeta que a despesa em segurança atinja 377 mil milhões de dólares até 2028¹⁹, com o sector financeiro entre os maiores investidores. Para os bancos, o impacto é direto: além da redução de perdas por incidentes (que, na indústria financeira em 2024, eram 5 milhões de dólares por violação em média²⁰), estas tecnologias reforçam a confiança do cliente, aceleram a inovação segura e asseguram conformidade com regulamentações como o DORA e o RGPD.

1.4.TENDÊNCIAS E ANÁLISE COMPETITIVA DO SETOR BANCÁRIO

O sector financeiro encontra-se numa fase de mudança significativa, impulsionada pela evolução tecnológica, pela adaptação às novas exigências regulatórias, movimentos de consolidação e pelo foco em práticas sustentáveis.

MOVIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO NO SECTOR FINANCEIRO

Após um período marcado por taxas de juro elevadas, os bancos europeus acumularam níveis significativos de liquidez e solvência. Com a recente descida das taxas de juro, estas instituições enfrentam o desafio de diversificar as suas fontes de receita e de reduzir os seus custos operacionais. Acresce que as rápidas transformações tecnológicas e regulatórias e a evolução das preferências dos consumidores exigem uma capacidade de adaptação e crescimento acelerado.

Neste contexto, o sector financeiro da Zona Euro tem registado um aumento expressivo nas operações de consolidação, com o intuito de reforçar a rentabilidade e maximizar o retorno para os acionistas. Em 2024 e 2025, observou-se uma duplicação na procura por aquisições por parte dos bancos, o que reflete uma estratégia clara de expansão e fortalecimento competitivo²¹. Adicionalmente, a consolidação bancária europeia tem sido encarada como uma estratégia para enfrentar a escala e o poder competitivo dos grandes bancos norte-americanos.

No contexto do sector financeiro português, tem-se verificado um aumento significativo do capital estrangeiro na banca nacional. Em junho de 2025, o Groupe BPCE, um dos maiores grupos bancários

¹⁹ Fonte: IDC - *International Data Corporation*, "Worldwide Security Spending to Increase by 12.2% in 2025 as Global Cyberthreats Rise", Março de 2025.

²⁰ Fonte: IBM, "Cost of a data breach 2024: Financial industry", Agosto de 2024.

²¹ Fonte: Bain & Company, *Global M&A Report 2025*

européus, anunciou a aquisição do Novo Banco, reforçando a presença de capital estrangeiro no sistema bancário português.

Este movimento segue-se à aquisição do BPI pelo CaixaBank em 2018 e à já expressiva quota de mercado em Portugal detida pelo banco espanhol Santander. Paralelamente, também se têm registado alguns movimentos de consolidação dentro do próprio mercado nacional. Em julho de 2025, o Novo Banco anunciou a aquisição da carteira de crédito ao consumo da Unicre, a marca Unibanco, com o objetivo de expandir a sua base de crédito e reforçar a sua posição no segmento de financiamento ao consumo.

TABELA 5: RECENTES (E FUTUROS) PROCESSOS DE M&A NA BANCA NACIONAL E EUROPEIA

Banco-alvo	Valor	% capital	P/B ratio ¹	Comprador	Fase da transação	Data
Banco Empresas Montepio	€35M	100%	1,15x-1,18x	Rauva	Em aprovação	Set.2023
EuroBic	€300M	100%	0,54x ²	Abanca	Concluído	Nov.2023
Banco CTT	€25M	8,71%	1,1x	Generali	Concluído	Nov.2022 Nov.2024
Sabadell	€16,5 mil M	100%	1,1x	BBVA	Em negociações	Abr.2024
Banco BPM	€10,1 mil M	100%	0,46x	UniCredit	Falhou	Nov.2024
Mediobanca	€13,3 mil M	100%	1,2x	Monte dei Paschi	Em negociações	Jan.2025
Novobanco (Nani Holdings)	€6,4 mil M	75%	1,6x	Groupe BPCE	Aprovado (closing 1T 2026)	Jun.2025
AXA Investment Managers	€5,1 mil M	100%	n.d.	BNP Paribas Cardif	Concluído	Ago.2024 Jul.2025
Unibanco (Unicre)	n.d.	100%	n.a.	Novo Banco	Aprovado (closing 1T 2026)	Jul.2025
Commerzbank	n.d.	26%	n.a.	UniCredit	Concluído	Set.2024 Ago.2025

Nota: (1) P/B ratio (*Price-to-book ratio*) refere-se ao quociente entre o valor de mercado da acção e o seu valor contabilístico. (2) Com base no valor contabilístico dos capitais próprios a 31.Dez.2022. Fonte: *Press releases* e outra informação divulgada ao mercado.

ENQUADRAMENTO DO SECTOR BANCÁRIO

No 1º semestre de 2025, manteve-se a trajetória de crescimento observada em 2024 no que respeita aos recursos de clientes no sector bancário. Face ao final do exercício anterior, registou-se um aumento de +3,3% nos depósitos totais de clientes, totalizando 278 mil milhões de euros. Embora ambos os segmentos tenham evidenciado uma evolução positiva, o crescimento foi particularmente expressivo no segmento empresarial, cujos depósitos registaram um acréscimo de +7,5% em comparação com o final de 2024. Relativamente ao segmento dos clientes particulares, verificou-se um crescimento mais moderado, de +1,6% face ao mesmo período.

TABELA 6: EVOLUÇÃO DO MERCADO NACIONAL DE DEPÓSITOS (DEZ.2021–JUN.2025)

	2021	2022	2023	2024	Jun. 25
Depósitos totais de Clientes (M€)	240 238	255 953	249 343	268 973	277 865
<i>Variação homóloga*</i>	8,8%	6,5%	-2,6%	7,9%	3,3%
Depósitos de particulares (M€)	172 875	182 438	179 782	192 679	195 830
<i>Variação homóloga*</i>	6,8%	5,5%	-1,5%	7,2%	1,6%
Depósitos de empresas e sector público (M€)	67 363	73 515	69 561	76 294	82 035
<i>Variação homóloga*</i>	14,3%	9,1%	-5,4%	9,7%	7,5%

(*) Variação hómologa, excepto variação de Junho de 2025 face a Dezembro de 2024

Fonte: BP Stat, Banco de Portugal

A captação de depósitos no segmento empresarial e sector público apresenta uma maior evolução que o segmento de particulares, especialmente por via do sector público (+69,1% entre dezembro de 2024 e junho de 2025).

TABELA 7: EVOLUÇÃO DO MERCADO NACIONAL DE CRÉDITO (DEZ.2021 – JUN.2025)

	2021	2022	2023	2024	Jun. 25
Crédito a Clientes (M€)	208 613	212 155	208 386	212 247	219 828
<i>Variação homóloga*</i>	3,1%	1,7%	-1,8%	1,9%	3,6%
Crédito a particulares (M€)	125 067	129 250	127 868	132 778	137 989
<i>Variação homóloga*</i>	3,6%	3,3%	-1,1%	3,8%	3,9%
Crédito a empresas e sector público (M€)	83 545	82 905	80 518	79 469	81 839
<i>Variação homóloga*</i>	2,4%	-0,8%	-2,9%	-1,3%	3,0%

(*) Variação hómologa, excepto variação de Junho de 2025 face a Dezembro de 2024

Fonte: BP Stat, Banco de Portugal

No que concerne à evolução do total de crédito concedido pelo sector bancário, com referência a junho de 2025, manteve-se a dinâmica de crescimento previamente observada em 2024, embora com um ritmo mais sustentado. No 1.º semestre de 2025, o crédito total a clientes aumentou +3,6%, atingindo os 220 mil milhões de euros. Este desempenho refletiu tanto a evolução positiva do crédito a particulares, que registou um acréscimo de +3,9% face ao ano anterior, como a recuperação do crédito concedido a empresas e ao sector público, que apresentou um aumento de +3,0% relativamente a 2024, após a queda de -1,3% verificada no exercício anterior.

Relativamente ao crédito a particulares, observa-se um aumento tanto na tipologia de habitação (+4,1% face a Dezembro de 2024 e +6,8% em termos homólogos), como no crédito ao consumo e para outros fins (+3,5% e +6,6%, respetivamente), influenciado maioritariamente por medidas fiscais, como a isenção de IMT e de Imposto de Selo, bem como pela atribuição, por parte do Estado, de uma garantia pessoal às instituições de crédito, com vista à viabilização da concessão de crédito à habitação própria e permanente a jovens até aos 35 anos²².

²² Decreto-Lei n.º 44/2024, de 10 de Julho.

A evolução positiva registada na concessão de crédito é igualmente favorecida pelo decréscimo das taxas EURIBOR. Com referência a junho de 2025, a EUR12m (valor médio) apresentou uma descida de -0,36 p.p. face a dezembro de 2024 e de -1,57 p.p. em relação ao período homólogo.

No que respeita ao nível de incumprimento, com referência a junho de 2025, observa-se um rácio de crédito vencido de 0,8% (-0,03 p.p. em termos homólogos), com a tipologia habitacional a registar uma descida de -0,03 p.p., fixando-se em 0,2%, e a tipologia de consumo e outros fins a apresentar uma redução homóloga de -0,02 p.p., situando-se em 2,5%.

TABELA 8: EVOLUÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO DE CRÉDITO A PARTICULARES POR TIPOLOGIA (JUN.2024 / JUN.2025)

Tipologia	Var. homóloga (em %)	Total crédito (em M€)	Total crédito (em %)	Crédito Vencido (em %)	Var. homóloga CV (em p.p.)
Habituação	6,8%	105 339	76,3%	0,2%	-0,03 p.p.
Consumo e outros fins	6,6%	32 650	23,7%	2,5%	-0,02 p.p.
Total	6,7%	137 989	100,0%	0,8%	-0,03 p.p.

Em relação ao crédito a empresas, o sector da “consultoria, administrativas, informação e comunicação” é o que regista o maior crescimento homólogo (+15,3%), seguido do sector das “indústrias extrativas” (+12,8%). Por contrapartida, a concessão de crédito no sector dos “transportes e armazenagem” e “alojamento e restauração” apresentaram as maiores reduções, de -3,2% e -1,2%, respetivamente.

O sector do “comércio” e o sector das “indústrias transformadoras” apresentam o maior peso no total de crédito (18,5% e 18,1%, respetivamente). Os sectores das “indústrias extrativas” e “indústrias transformadoras” registam os maiores níveis de incumprimento (rácio de crédito vencido de 8,7% e 3,2%, respetivamente), em contraste com o sector da “eletricidade, gás e água” (0,1%).

TABELA 9: EVOLUÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO DE CRÉDITO A EMPRESAS POR SECTOR DE ACTIVIDADE (JUN.2024 / JUN.2025)

CAE	Var. homóloga Crédito (em %)	Total crédito (em M€)	Total crédito (em %)	Crédito Vencido (em %)	Var. homóloga CV (em p.p.)
Agricultura e Pescas	0,6%	3 122	4,2%	2,0%	+0,1 p.p.
Indústrias Transformadoras	-0,9%	13 452	18,1%	3,2%	+0,4 p.p.
Comércio	1,0%	13 714	18,5%	1,9%	0 p.p.
Construção	5,7%	6 603	8,9%	3,1%	-1,6 p.p.
Actividades Imobiliárias	1,6%	9 566	12,9%	1,9%	-0,1 p.p.
Alojamento e Restauração	-1,2%	6 497	8,8%	0,8%	-0,6 p.p.
Transportes e Armazenagem	-3,2%	4 591	6,2%	1,7%	-0,2 p.p.
Electricidade, gás e água	8,3%	4 035	5,4%	0,1%	-0,1 p.p.
Indústrias Extractivas	12,8%	279	0,4%	8,7%	+6 p.p.
Consultoria, Administrativas, Informação e Comunicação	15,3%	7 334	9,9%	1,1%	-0,7 p.p.
Outros	-4,5%	4 941	6,7%	0,7%	-0,8 p.p.
Total	1,9%	74 133	100,0%	1,9%	-0,3 p.p.

Fonte: BP Stat, Banco de Portugal

DESEMPENHO COMPARATIVO DO GRUPO CA COM REFERÊNCIA A JUNHO 2025

No 1º semestre de 2025, o Grupo CA regista em comparação com os restantes 6 maiores bancos (em termos de ativo líquido) a atuar no sistema bancário nacional²³ os seguintes pontos de destaque em termos de desempenho financeiro:

- a 5ª maior rentabilidade de capitais próprios (11,8%), baseado no 6º maior resultado líquido (172M€);
- o montante de margem financeira apresenta a 2ª menor variação homóloga (-16,4%);
- a 4ª maior variação homóloga nos custos de estrutura (+6,9%);
- o LCR mais elevado (372%) e o 3º maior NSFR (172%) entre os pares;
- o 2º maior diferencial para o requisito MREL + CBR (% RWA) (+3,4 p.p.) apresentando o 3º maior rácio MREL + CBR (% RWA) incluindo o resultado líquido do período (29,2%); e,
- o rácio CET 1 excluindo resultado líquido do período (22,3%) mais elevado.

TABELA 10: DESEMPENHO FINANCEIRO DOS MAIORES PLAYERS DO SECTOR BANCÁRIO

Jun.2025	Crédito Agrícola	A	B	C	D	E	F	Médias dos 7 players	Posição CA
Var. homóloga Margem Financeira	-16,4%	-10,0%	-19,3%	-2,2%	-10,0%	-6,1%	-15,8%	-10,9%	6/7
Var. homóloga Comissões Líquidas	5,1%	0,4%	5,7%	7,4%	-10,7%	11,1%	4,3%	3,3%	4/7
Produto Bancário (M€)	465	1.665	955	951	604	798	226	809	6/7
Var. homóloga Custos de Estrutura	6,9%	4,1%	0,5%	8,2%	1,2%	7,6%	7,0%	4,9%	4/7
Var. homóloga absoluta Imparidades e provisões (M€)	-4	-142	-47	-11	23	-77	-16	-39	6/7
Resultado Líquido (M€)	172	893	504	424	241	435	71	391	6/7

Fonte: Informação disponibilizada nos sites dos diversos Bancos. Todos os valores correspondem exclusivamente à atividade doméstica.

TABELA 11: RENTABILIDADE E EFICIÊNCIA DOS MAIORES PLAYERS DO SECTOR BANCÁRIO

Jun.2025	Crédito Agrícola	A	B	C	D	E	F	Médias dos 7 players	Posição CA
Peso das Comissões Líquidas no Produto Bancário core	16,8%	18,4%	26,1%	31,8%	25,4%	24,3%	28,2%	24,4%	7/7
Cost-to-core income (custos operacionais / PB core)	50,2%	35,3%	27,5%	35,4%	42,8%	35,4%	61,3%	41,1%	6/7
Cost-to-income (custos operacionais / PB)	50,5%	33,4%	27,1%	36,0%	41,9%	32,7%	63,2%	40,7%	6/7
Custos com pessoal (milhares €) / FTE	68,7%	67,8%	60,6%	65,1%	57,5%	62,2%	67,9%	64,3%	7/7
PB Core / Agências (milhares €)	759	3.072	2.879	2.439	1.871	2.535	1.040	2.085	7/7
# agências	616	512	327	396	316	291	224	383	1/7
Var. homóloga # agências	1	0	-2	-2	0	1	-2	-1	6/7
Rendibilidade dos Activos (ROA) - %	1,2%	1,7%	1,8%	1,3%	1,2%	2,0%	0,8%	1,4%	5/7
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) - %	11,8%	16,5%	22,4%	10,2%	12,7%	18,7%	8,3%	14,4%	5/7

Fonte: Informação disponibilizada nos sites dos diversos Bancos. Todos os valores correspondem exclusivamente à atividade doméstica.

²³ Pares considerados: Banco BPI, Banco Montepio, CGD, Millennium BCP, Novo Banco e Santander Portugal.

Este desempenho resulta de algumas características do Grupo CA, designadamente:

- o 2º menor volume da carteira de crédito (13,4 mil M€) entre os 7 maiores bancos a atuar no mercado nacional (em termos de ativo líquido), verificando a 2ª maior variação no volume da carteira de crédito face a Dezembro de 2024 (+5,4%);
- o maior peso do crédito a empresas e administrações públicas no total da carteira de crédito (61,9%);
- o menor peso dos recursos fora de balanço no total dos recursos totais (9,8%);
- o rácio de transformação mais reduzido (57,9%), apresentando a 2ª menor quota de mercado referente a créditos e depósitos (6,11% e 8,13%) do universo de bancos analisados; e,
- a maior rede de agências em Portugal (616), com mais 104 agências que o banco público.

TABELA 12: BALANÇO DOS MAIORES PLAYERS DO SECTOR BANCÁRIO

Jun.2025	Crédito Agrícola	A	B	C	D	E	F	Médias dos 7 players	Posição CA
Crédito Bruto (mil M€)	13,4	49,9	52,1	41,5	32,4	30,2	12,5	33,1	6/7
Var. face a Dez. 2024 Crédito Bruto	5,4%	4,8%	3,5%	8,2%	4,3%	4,0%	3,1%	4,7%	2/7
Quota de mercado - crédito bruto (%)	6,11%	22,69%	23,70%	18,88%	14,74%	13,73%	5,70%	15,62%	6/7
Peso do Crédito a empresas e admin.pública no total	61,9%	43,9%	48,7%	44,3%	45,7%	58,2%	n.d.	50,4%	1/6
Quota de mercado - depósitos (%)	8,13%	27,84%	13,86%	19,82%	11,48%	11,15%	5,61%	14,45%	6/7
Var. face a Dez. 2024 Recursos de Balanço	2,6%	2,4%	3,6%	1,5%	4,6%	4,1%	n.d.	3,2%	4/6
Rácio de Transformação (Crédito líquido/Depósitos)	57,9%	64,0%	132,4%	74,0%	100,0%	82,6%	79,2%	84,3%	7/7
Recursos fora de balanço / Recursos totais (%)	9,8%	23,5%	19,2%	22,4%	23,9%	19,5%	n.d.	19,7%	6/6

Fonte: Informação disponibilizada nos sites dos diversos Bancos. Todos os valores correspondem exclusivamente à atividade doméstica.

Em termos de qualidade da carteira de crédito, o Grupo CA apresenta o rácio NPL mais elevado comparativamente aos seus pares que divulgam este indicador (4,3% com referência a junho de 2025), sendo que o custo do risco²⁴ de 4 p.b. encontra-se ligeiramente acima da média dos 7 *players* considerados (+6 p.b. face à média de -2 p.b.).

TABELA 13: QUALIDADE DA CARTEIRA DE CRÉDITO DOS MAIORES PLAYERS DO SECTOR BANCÁRIO

Jun.2025	Crédito Agrícola	A	B	C	D	E	F	Médias dos 7 players	Posição CA
Rácio NPL - %	4,3%	1,9%	2,3%	0,9%	n.d.	3,3%	1,9%	2,4%	6/6
Rácio NPE EBA - %	2,1%	1,4%	1,5%	1,5%	1,3%	n.d.	n.d.	1,6%	5/5
Cobertura NPL por imparidades crédito - %	61,1%	167,0%	82,4%	197,2%	n.d.	96,6%	n.d.	120,9%	5/5
Custo do risco - %	0,04%	-0,32%	-0,01%	0,17%	0,09%	-0,02%	-0,06%	-0,02%	5/7

Fonte: Informação disponibilizada nos sites dos diversos Bancos. Todos os valores correspondem exclusivamente à atividade doméstica.

Em termos de liquidez e solvabilidade o Grupo CA permanece com uma posição favorável entre os seus pares no rácio de cobertura de liquidez (LCR) e no rácio de fundos próprios principais de nível 1 (CET1).

²⁴ Custo do risco é calculado como o quociente entre as imparidades de crédito, líquidas de reversões do período (valor da Demonstração de Resultados) e o montante de crédito bruto registado em fim de período (valor do Balanço).

Adicionalmente, a junho de 2025, o Grupo CA regista um rácio MREL TREA+CBR incluindo o resultado líquido do período de 29,20%, superior ao requisito em vigor (25,79%), para o qual contribuiu a emissão de 300 milhões de euros de dívida sénior preferencial social (5NC4), acompanhada da oferta de recompra das obrigações emitidas em 2021, concluída em janeiro de 2025 que, em termos de valor agregado nominal, totalizou 203,2 milhões de euros.

TABELA 14: LIQUIDEZ E CAPITAL DOS MAIORES PLAYERS DO SECTOR BANCÁRIO

Jun.2025	Crédito Agrícola	A	B	C	D	E	F	Médias dos 7 players	Posição CA
LCR	372%	323%	138%	336%	189%	154%	191%	243%	1/7
NSFR	172%	186%	121%	181%	141%	116%	143%	151%	3/7
Rácio CET 1 (não inclui o Resultado Líquido do exercício)	22,3%	n.d.	13,9%	n.d.	14,0%	n.d.	n.d.	16,7%	1/3
Rácio MREL + CBR (% RWA) ¹	29,2%	26,5%	26,9%	35,5%	26,8%	30,1%	26,9%	28,9%	3/7
Requisito rácio MREL + CBR (% RWA) ²	25,8%	25,7%	25,4%	28,8%	25,2%	27,1%	23,5%	25,9%	3/7
Notação Risco Moody's - Baseline Credit Assessment (BCA)	baa1	a3	baa1	baa2	baa1	baa2	baa3	n.a.	n.a.
Data da última avaliação	jul/25	nov/24	nov/24	mai/25	nov/24	mai/25	mai/25	n.a.	n.a.

Fonte: Informação disponibilizada nos sites dos diversos Bancos. Todos os valores correspondem exclusivamente à atividade doméstica.

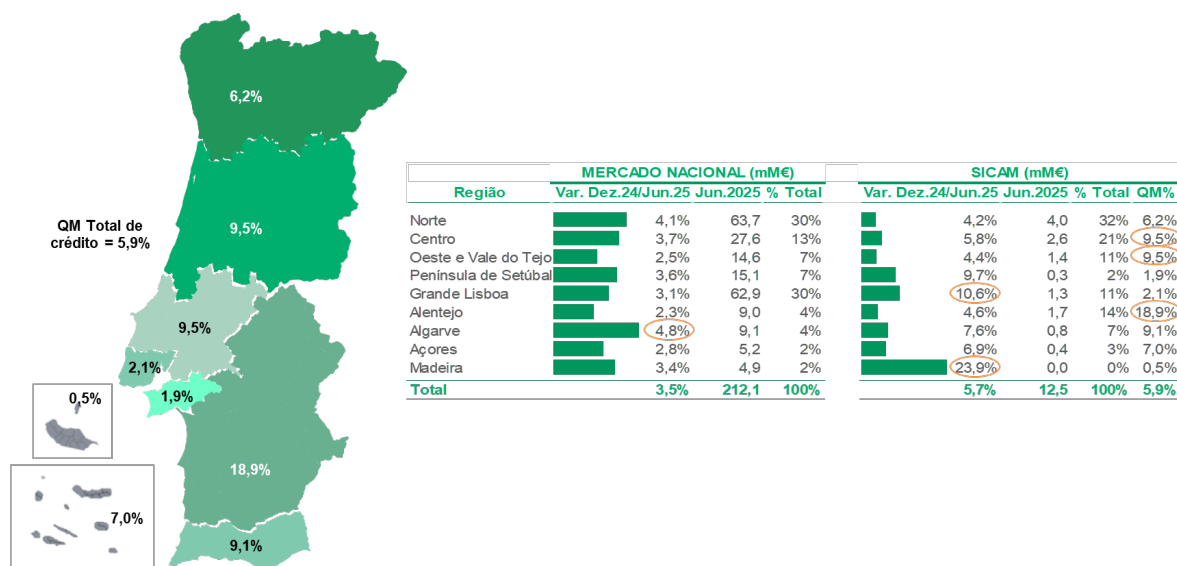
Nota: (1) O Rácio MREL + CRB (% RWA) do Grupo CA inclui o Resultado Líquido gerado no exercício de 2025 | (2) Em agosto de 2025, Autoridade de Resolução comunicou, ao Grupo CA, a atualização do requisito do rácio MREL + CBR (% RWA) para 25,24%, a vigorar a partir de 30 de setembro de 2025.

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO NACIONAL VS. SICAM POR REGIÃO A JUNHO 2025

Em termos de distribuição geográfica do crédito no mercado e no SICAM, verifica-se que:

- as regiões Norte e Grande Lisboa são as que concentram mais crédito no mercado (63,7 mil M€, 30% do total e 62,9 mil M€, 30% do total, respetivamente). No caso do SICAM, a região Norte regista o maior peso (4,0 mil M€, 32% do total), seguida da região Centro (2,6 mil M€, 21% do total);
- a região do Algarve apresenta a maior taxa de crescimento de crédito no mercado face a dezembro de 2024 (+4,8%), seguido da região Norte (+4,1%). No caso do SICAM, a carteira de crédito regista o maior crescimento relativo na região da Madeira (+23,9%), seguindo-se a região da Grande Lisboa (+10,6%) e,
- o SICAM apresenta as maiores quotas de mercado no Alentejo (18,9%) e nas regiões Centro e Oeste e Vale do Tejo (ambas com 9,5%), enquanto as menores quotas de mercado encontram-se localizadas na região da Península de Setúbal (1,9%) e na Região Autónoma da Madeira (0,5%).

Figura 5: Posicionamento geográfico do SICAM no mercado de crédito



Nota: O montante de crédito (SICAM e mercado) não inclui Administração Pública.

Fonte: BP Stat, Banco de Portugal.

EVOLUÇÃO DOS NON-PERFORMING LOANS

Os dados de mercado, referentes a junho de 2025, refletem uma redução (-0,1 p.p. para 2,3%) do rácio de *non-performing loans* (NPL) face a dezembro de 2024 (2,4%). Em termos da evolução por segmento verifica-se que o rácio de NPL dos clientes particulares (2,2%) reduziu -0,1 p.p. face ao término do anterior exercício, decorrente da redução do rácio de NPL no crédito à habitação (-0,2 p.p. para 1,1%), contrabalançada pela manutenção verificada no rácio de NPL do crédito ao consumo e outros fins (6,1%). Paralelamente, o rácio de NPL das sociedades não financeiras (4,0%), apresentou uma evolução semelhante à do segmento de particulares, tendo verificado um decréscimo de -0,2 p.p. face a dezembro de 2024.

O atual cenário de elevado custo de vida poderá aumentar o risco de incumprimento na carteira de crédito, com impacto na qualidade dos financiamentos, em particular para os clientes mais vulneráveis. Não obstante, a estabilização das taxas de juro de referência deverá contribuir para atenuar, ou manter sob relativo controlo, o serviço da dívida dos clientes. No último semestre de 2025, é expectável que a manutenção da tendência de estabilização verificada no 2º trimestre de 2025 reduza ou normalize o nível de incumprimento dos clientes, especialmente no segmento dos particulares, dada a preponderância da taxa de juro variável no *stock* de empréstimos à habitação. Do lado das empresas, embora a estabilização das taxas permita controlar os respetivos encargos financeiros, o clima de incerteza e instabilidade macroeconómica - intensificado pelas tensões geopolíticas e pelo agravamento das tarifas impostas pelos EUA sobre os bens produzidos na União Europeia - poderá refletir-se no

aumento dos custos das matérias-primas e, consequentemente, nos custos de produção, cujo impacto poderá ser transferido em parte para o consumidor final.

TABELA 15: CARACTERIZAÇÃO DOS CRÉDITOS NÃO PRODUTIVOS DO MERCADO POR FINALIDADE

RÁCIO DE NON-PERFORMING LOANS (NPL) POR FINALIDADE			
	2023	2024	2025
	Dez	Dez	Jun
Particulares	2,4%	2,3%	2,2%
Habituação	1,3%	1,3%	1,1%
Consumo e outros fins	6,2%	6,1%	6,1%
Sociedades não financeiras	5,0%	4,2%	4,0%
Total	2,7%	2,4%	2,3%

Fonte: APB - Sistema de Indicadores do Sector Bancário; BdP - Sistema Bancário Português

Com referência a junho de 2025, o GCA apresenta um rácio de *non-performing loans* (NPL) de 4,3%, uma redução de -0,3 p.p. face a dezembro de 2024, que se torna bastante mais significativa quando comparado com o rácio de NPL verificado em 2023 (6,2%, i.e. -1,9 p.p.). Paralelamente, regista-se uma melhoria no rácio de cobertura por imparidades específicas de 37,9% a dezembro de 2024 para 40,9% a junho de 2025, com especial contributo do segmento empresarial, no qual o grau de cobertura aumentou +4,4 p.p. para 41,6% em junho de 2025.

TABELA 16: CARACTERIZAÇÃO DOS CRÉDITOS NÃO PRODUTIVOS DO GRUPO CA POR FINALIDADE

	Dez.2023		Dez.2024		Jun.2025	
Valores em M€, excepto %	NPL (%)	Cobertura NPL por imparidades NPL (%)	NPL (%)	Cobertura NPL por imparidades NPL (%)	NPL (%)	Cobertura NPL por imparidades NPL (%)
Particulares	6,0%	35,5%	3,7%	39,3%	3,3%	39,5%
dos quais: CH	5,5%	31,2%	3,1%	35,9%	2,6%	36,3%
dos quais: Crédito ao consumo	5,1%	45,0%	4,5%	48,4%	4,7%	50,7%
Empresas não financeiras	7,4%	39,9%	6,4%	37,2%	6,1%	41,6%
Total	6,2%	38,0%	4,6%	37,9%	4,3%	40,9%

Nota: Rácio NPL calculado segundo Instrução 20/2019 do Banco de Portugal.

O montante de NPLs reduziu no 1º semestre de 2025, aproximadamente -10,7M€, de 562M€ a Dezembro de 2024 para 552M€ em junho de 2025. Esta evolução decorre maioritariamente, por via do decréscimo de -13M€ entre dezembro de 2024 e junho de 2025 no segmento de particulares, em especial no crédito à habitação, no qual a carteira de NPL reduziu -16M€ no mesmo período. A evolução positiva verificada no segmento de particulares foi atenuada pelo aumento do incumprimento na carteira de crédito das PME's, +9M€ face a dezembro de 2024.

A diminuição da exposição em incumprimento registada no segmento de particulares teve origem, como referido, maioritariamente, no crédito à habitação, em particular no retorno ao estatuto de crédito em

cumprimento (-29M€ de crédito em incumprimento). Por contrapartida, o aumento da exposição em incumprimento no segmento das empresas não financeiras (+3M€ entre dezembro de 2024 e junho de 2025) tem origem, maioritariamente, no aumento crédito vencido superior a 90 dias, em clientes assinalados em dificuldades financeiras e no efeito de ‘contágio’, que se traduziram numa migração para *stage 3*.

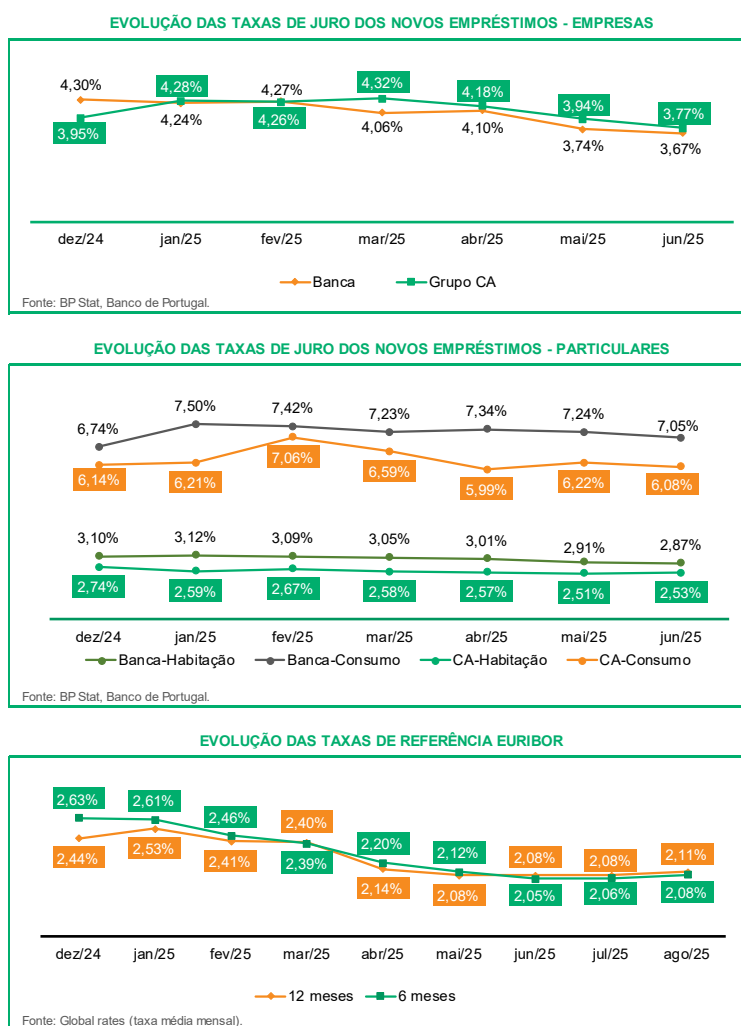
Com referência a junho de 2025, os créditos “*Unlikely-to-Pay*”, representavam cerca de 64,1% do total de créditos classificados como NPL, o que se traduz numa redução de -6,9 p.p. face ao rácio no final do exercício anterior.

EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE JURO DO CRÉDITO

No que respeita à evolução das taxas de juro praticadas nas novas operações de crédito a empresas durante o 1º semestre de 2025, o Grupo CA tem acompanhado as tendências observadas no mercado, tanto no que diz respeito à relativa estabilidade verificada no 1.º trimestre do ano, como ao decréscimo registado após março de 2025. Com referência ao 1º semestre de 2025, o diferencial médio no segmento empresarial entre as taxas praticadas pelo GCA e as do mercado correspondeu a +0,11 p.p., sendo que apenas no mês de fevereiro de 2025 as taxas do GCA foram inferiores à média do mercado (-0,01 p.p.). No segmento dos particulares, as taxas de juro praticadas pelo GCA nas novas operações de crédito ao consumo e para outros fins apresentaram um diferencial médio negativo face ao mercado (-0,94 p.p.), mantendo-se sempre inferiores ao longo do 1º semestre do ano. Relativamente às taxas praticadas no crédito à habitação, o GCA apresentou valores inferiores aos do mercado (com uma média de -0,43 p.p. em 2025), sendo que o diferencial tem vindo a diminuir - de -53 pontos base em dezembro de 2024 para -34 pontos base em junho de 2025.

A evolução verificada nas taxas de juro foi influenciada pela tendência descendente verificada nas taxas de referência. A 12 de Dezembro de 2024, o BCE reduziu a taxa de juro da facilidade permanente de depósito para 3,00% (-0,25% p.p.). A 30 de Janeiro de 2025 registou-se nova redução para 2,75% (-0,25 p.p.), sendo que a 12 de março de 2025 uma nova redução foi efetivada para 2,5% (-0,25 p.p.). Já no decorrer do 2º trimestre de 2025 o BCE anunciou duas novas reduções, mais especificamente a 17 de abril para 2,25% (-0,25 p.p.) e a 11 de junho para 2,00% (-0,25 p.p.). Estas reduções traduziram-se numa tendência decrescente das taxas EURIBOR a 6 e 12 meses (-0,55 p.p. e -0,32 p.p., respetivamente, entre dezembro de 2024 e agosto de 2025).

Gráficos 6,7 e 8: Evolução das taxas de juro das novas operações de crédito



1.5.OUTLOOK REGULAMENTAR

O último trimestre de 2024 e o ano de 2025 foram marcados por um enquadramento económico e regulatório de ajustamento à política monetária restritiva do Banco Central Europeu, implementada para consolidar a trajetória de descida da inflação na área do euro, num contexto ainda condicionado por tensões geopolíticas persistentes e pela manutenção de sanções económicas e comerciais a entidades e pessoas associadas à Federação Russa. Paralelamente, a intensificação das agendas europeias em matéria de sustentabilidade, resiliência operacional e gestão prudencial de riscos traduziu-se na publicação e consulta de diversos diplomas e orientações, com destaque para a revisão das diretrizes de governação interna, a atualização das regras sobre risco de crédito e incumprimento, o reforço dos requisitos de fundos próprios e passivos elegíveis no âmbito da recuperação e resolução, bem como a consolidação do quadro regulamentar em matéria de prevenção do branqueamento de capitais, combate ao financiamento do terrorismo e cumprimento de sanções. Neste contexto, as

instituições financeiras a operar em Portugal e na Zona Euro enfrentaram um reforço das exigências de adaptação dos seus modelos internos, políticas e procedimentos, num cenário de crescente complexidade regulatória e de necessidade de alinhamento com as prioridades estratégicas da União Europeia para a estabilidade e integridade do sistema financeiro.

O presente capítulo visa apresentar as principais alterações regulatórias já identificadas, cuja entrada em vigor ou aplicação está prevista para o período remanescente de 2025 e para o ano de 2026. Estas alterações enquadram-se no âmbito da atividade desenvolvida pelo Grupo Crédito Agrícola, exigindo uma adaptação rigorosa aos requisitos legais e regulamentares aplicáveis aos sectores bancário, financeiro e segurador. Impõe-se, assim, uma resposta efetiva por parte do Grupo CA, através da implementação e cumprimento diligente dessas exigências.

TABELA 17 – PRINCIPAIS DIPLOMAS REGULAMENTARES

DIPLOMA	TEMA	2024	2025				2026			
		4T	1T	2T	3T	4T	1T	2T	3T	4T
EBA's guidelines on arrears and foreclosure (11.10.2024)	Crédito hipotecário									
Decreto-Lei n.º 72/2024 – Consagra a proibição de cobrança de encargos pela prestação de serviços de pagamento e pela realização de operações em caixa multibanco (DR 1.ª Série, n.º 201/2024 de 16.10.2024)	Serviços de pagamento									
Regulamento de Execução (UE) n.º 2024/2690 – Regras de execução da Diretiva (UE) n.º 2022/2555 relativamente aos requisitos técnicos e metodológicos das medidas de gestão dos riscos de cibersegurança (JOL de 18.10.2024)	Risco tecnológico e de cibersegurança									
Norma Regulamentar da ASF n.º 10/2024-R – Prevenção e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo (DR 2.ª Série, n.º 230/2024 de 27.11.2024)	Reporte para fins de supervisão									
Regulamento (UE) n.º 2024/2862 – Altera o Regulamento (UE) 2023/1803 no respeitante à Norma Internacional de Contabilidade 21 (JOL de 13.11.2024)	Contabilidade e IAS/IFRS									
EBA's final guidance on internal policies, procedures and controls to ensure the implementation of Union and national sanctions (14.11.2024)	PBC/CFT e sanções									
Instrução do BdP n.º 15/2024 – Altera a Instrução n.º 16/2022, que regulamenta o funcionamento do sistema componente nacional do TARGET (28.11.2024)	TARGET									
BCBS' final guidelines for counterparty credit risk management (11.12.2024)	Sustainable finance									
EBA's guidelines on the management of ESG risks (09.01.2025)*	ESG									
Legenda			Entrada em vigor		Produção de efeitos		Publicação			

Nota: Os diplomas que não se encontram identificados com as cores da legenda não têm data de entrada em vigor ou de produção de efeitos. (*) O calendário apresentado é apenas referente aos anos de 2024, 2025 e 2026, mas o presente diploma produz efeitos em 2027.

DIPLOMA	TEMA	2024	2025				2026			
		4T	1T	2T	3T	4T	1T	2T	3T	4T
Regulamento Delegado (UE) n.º 2025/19 – Altera as normas técnicas de regulamentação no respeitante à atualização de 2024 da taxonomia relativa ao formato eletrónico único de comunicação de informações (JO L de 15.01.2025)	Reporte para fins de supervisão									
EBA's draft guidelines on ESG scenario analysis (16.01.2025)	ESG									
Instrução do BdP n.º 1/2025 – Regulamenta o reporte de informação sobre práticas de diversidade, incluindo políticas de diversidade e disparidades salariais entre géneros ao nível dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização (24.01.2025)	Reporte para fins de supervisão									
Regulamento de Execução (UE) n.º 2025/302 – Normas técnicas de execução no que respeita aos formulários, modelos e procedimentos normalizados para comunicação de incidentes de caráter severo relacionados com as TIC (JO L de 20.02.2025)	Reporte para fins de supervisão									
Decreto-Lei n.º 22/2025 – Transpõe a Diretiva (UE) n.º 2022/2557, relativa à identificação, designação e reforço da resiliência das entidades críticas (DR 1.ª Série, n.º 55/2025 de 19.03.2025)	Medidas estruturais									
Decreto-Lei n.º 24/2025 – Alarga a possibilidade de o Estado prestar garantia pessoal com vista à viabilização de concessão de crédito à habitação própria e permanente a jovens até aos 35 anos (DR 1.ª Série, n.º 55/2025 de 19.03.2025)	Crédito hipotecário									
BCBS' principles for the Management of Credit Risk (30.04.2025)	Risco de crédito e de concentração									
EBA's update of the technical standards on resolution planning reporting (07.05.2025)	Reporte para fins de supervisão									
Norma regulamentar da ASF n.º 4/2025-R – Regulamentação do Regime Jurídico da Distribuição de Seguros e de Resseguros (DR 2.ª Série, n.º 111/2025 de 11.06.2025)	Actividade seguradora									
Regulamento Delegado (UE) n.º 2025/1190 – Especifica os critérios utilizados para identificar as entidades financeiras obrigadas a realizar testes de penetração e os requisitos e normas associados (JO L de 18.06.2025)	DORA									
FATF's guidance on financial inclusion and anti-moneylaundering and terrorist financing measures (23.06.2025)	PBC/CFT e sanções									
Regulamento (UE) n.º 2025/1266 – Norma Internacional de Relato Financeiro 9 e à Norma Internacional de Relato Financeiro 7 (JO L 01.07.2025)	Contabilidade e IAS/IFRS									
EBA's final Guidelines on ADC exposures to residential property under the standardised approach of credit risk (01.07.2025)	CRD/CRR									
ECB's Guide to internal models (28.07.2025)	Validação de modelos internos									
EBA's key regulatory products on operational risk losses under the EU Banking Package implementation (04.08.2025)	Sector bancário									
Regulamento da CMM n.º 5/2025 – Altera o Regulamento n.º 2/2020 relativo à PBCFT (DR 2.ª Série, n.º 152/2025 de 08.08.2025)	PBC/CFT e sanções									
Legenda										

Nota: Os diplomas que não se encontram identificados com as cores da legenda não têm data de entrada em vigor ou de produção de efeitos.

TABELA 18 – PRINCIPAIS CONSULTAS PÚBLICAS

CONSULTA PÚBLICA	TEMA	2024	2025				2026			
		4T	1T	2T	3T	4T	1T	2T	3T	4T
EBA's consultation on amended disclosure requirements for ESG risks, equity exposures and aggregate exposure to shadow banking entities (22.05.2025)	ESG									
ESA's Consultation on how to integrate ESG risks in the financial stress tests for banks and insurers (27.06.2025)*	Stress tests									
EBA's consultation on draft amended guidelines on the application of the definition of default under the CRR (02.07.2025)	CRD/CRR									
EBA's Consultation on its draft guidelines on third-party risk management with regard to non-ICT related services (08.07.2025)	Risco de subcontratação									
EBA's consultation on the revision of product oversight and governance guidelines for retail banking products to consider products with ESG features and greenwashing risks (09.07.2025)	ESG									
EBA's Consultation to amend its technical standards on own funds and eligible liabilities (09.07.2025)	Fundos próprios									
EC's consultation on prudential treatment of equity exposures (22.07.2025)	CRD/CRR									
Consulta Pública do BdP n.º 5/2025 — Projeto regulamentar de substituição e revogação do Aviso n.º 12/2001 e da Instrução n.º 4/2002	Pensões									
EBA's Consultation on revised guidelines on internal governance (07.08.2025)	Governo interno, conduta e cultura									
Legenda			Entrada em vigor			Produção de efeitos			Publicação	

Nota: As consultas públicas que não se encontram identificados com as cores da legenda não têm data de entrada em vigor ou de produção de efeitos. (*) O calendário apresentado é apenas referente aos anos de 2024, 2025 e 2026, mas o presente produz efeitos em 2027.

TABELA 19 – EXPECTATIVAS DA SUPERVISÃO RELEVANTES PARA O GRUPO CA

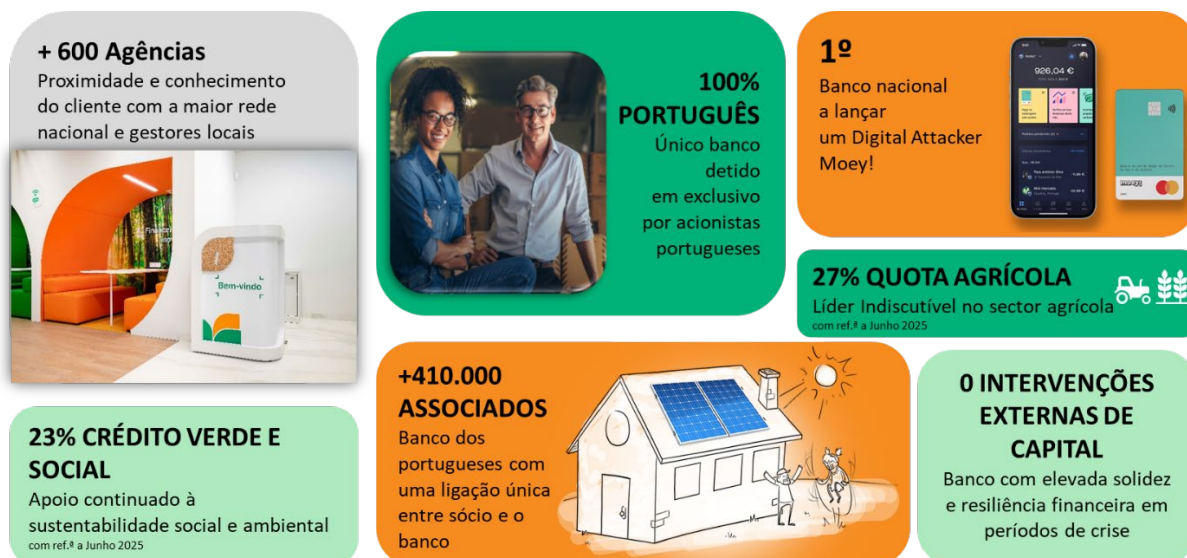
TEMA	EXPECTATIVAS
Gestão Riscos Climáticos e Ambientais	O Regulador emana orientações para a identificação e gestão dos riscos financeiros relacionados com as alterações climáticas e ambientais nos seguintes domínios: (i) estratégia e modelos de negócio; (ii) políticas de governo interno; (iii) políticas de gestão de risco; e, (iv) divulgação de informação relacionada e relevante. Estas orientações têm particular impacto na adequação do apetite ao risco, políticas de <i>pricing</i> e de concessão de crédito do Grupo CA.
Orientações EBA para a criação e governação de produtos bancários de retalho	A EBA propõe que as instituições financeiras passem a considerar, de forma explícita, as características ambientais, sociais e de governação (ESG) aquando da criação e revisão de produtos bancários de retalho, assegurando que estas características são devidamente compreendidas, documentadas e alinhadas com os interesses e necessidades dos clientes. As orientações reforçam a necessidade de mecanismos de controlo que previnam práticas de <i>greenwashing</i> .
Integração do risco ESG na realização de testes de stress para bancos e seguradoras	A EBA lançou uma consulta pública para a definição de uma estrutura comum, metodologias e normas de testes de stress de supervisão, incorporando os riscos ESG e harmonizando práticas entre os supervisores dos sectores bancário e segurador, garantindo a proporcionalidade e a eficácia dos testes de <i>stress</i> ESG.

Risco TIC e Segurança	O Banco de Portugal reforça a importância das instituições financeiras assegurarem uma gestão adequada dos riscos operacionais a que estão ou podem vir a estar expostas, em particular dos riscos associados às TIC e à segurança, com vista a proteger a solvabilidade, a estabilidade e o reforço da resiliência operacional do sector financeiro, bem como assegurar a sua gestão sã e prudente e a salvaguarda do sistema bancário nacional e dos fundos que lhes estão confiados. Deste modo é expectativa do Regulador que as instituições (i) reforcem a composição dos seus órgãos sociais e estruturas internas e (ii) garantam a formação contínua dos membros dos seus órgãos de administração e de fiscalização, dos diretores de topo e demais colaboradores, incluindo em matérias relacionadas com os riscos TIC e de segurança e demais riscos emergentes. Considera também boa prática que, sempre que possível, sejam definidos indicadores chave de desempenho (KPIs) que permitam ponderar a frequência de programas de formação no âmbito dos processos de avaliação individual de desempenho e na atribuição de remuneração variável, quando esta seja legal e regulamentarmente permitida.
AEQD / BCBS239 / Agregação e reporte de dados de gestão e de risco	Em complemento às recomendações constantes dos princípios publicados pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia para uma eficaz agregação e reporte de dados de risco (BCBS 239), o Regulador, nos termos do Aviso n.º 3/2020 do Banco de Portugal, refere que as instituições devem dispor de processos adequados de obtenção, produção e tratamento de informação para (i) apoiar a tomada de decisões, (ii) permitir o cumprimento das obrigações da instituição perante terceiros, incluindo as obrigações de reporte às autoridades de supervisão e (iii) assegurar uma visão completa e íntegra sobre, designadamente, a sua estratégia, atividade desenvolvida, situação financeira e perfil de risco. Paralelamente, impõe também um conjunto de obrigações destinadas a assegurar a fiabilidade, integridade, consistência, completude, validade, tempestividade, acessibilidade e granularidade de toda a informação produzida pela instituição. A respetiva informação pode ser (i) de uso interno exclusivo e (ii) de divulgação para o exterior, onde se inclui a informação constante dos reportes a efetuar às autoridades de supervisão.
Orientações EBA sobre Políticas Internas para Cumprimento de Sanções PBC/FT	A EBA reforça a necessidade das instituições financeiras implementarem políticas e procedimentos internos eficazes para assegurar o cumprimento das sanções da União Europeia e das autoridades nacionais. Estes mecanismos devem estar devidamente integrados nos processos de aceitação de clientes, conhecimento do cliente (KYC) e monitorização contínua, permitindo a identificação e mitigação de riscos associados. Adicionalmente, é exigida uma estrutura de governação clara, garantindo a existência de mecanismos de reporte e resposta a potenciais violações, devidamente documentados e auditáveis.
Carta Circular nº 49/2024: Cobertura prudencial das exposições não produtivas	O Banco de Portugal comunicou ao Grupo CA a aplicação gradual das expectativas de supervisão em termos de cobertura mínima das ENP originadas antes de 26 de abril 2019 e classificadas como ENP até 31 de dezembro de 2024, começa a ser aplicável a partir de 31 de dezembro de 2025.
Carta Circular nº 50/2024: Cobertura prudencial de exposições a imóveis em dação	O banco de Portugal divulgou ao grupo CA as suas expectativas de supervisão no que respeita aos níveis mínimos de cobertura prudencial com base no tempo de detenção de imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio em balanço.
Orientações EBA sobre a gestão de exposições não produtivas (NPLs) e reestruturações (forborne)	A EBA espera que instituições com rácios de NPL superiores a níveis prudencialmente aceitáveis (i.e., rácio de NPL > 5%) adotem uma estratégia formal de redução de NPLs, aprovada ao nível do órgão de administração, com metas quantitativas claras, prazos definidos e medidas operacionais específicas alinhados com o apetite de risco da instituição. A EBA recomenda a segmentação da carteira, uso de indicadores de alerta precoce (EWIs) e equipas especializadas para a gestão ativa de exposições em risco, essencial para assegurar rácios de NPL < 5%.
Reserva contracíclica de fundos próprios	O Banco de Portugal anunciou que a percentagem de reserva contracíclica de fundos próprios a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2026 será de 0,75% do montante total das posições em risco, por forma a garantir que o sector bancário tem maior capacidade para absorver perdas, e permanecer solvente, sem interromper a concessão de crédito à economia real.

2. PLANO DE DESENVOLVIMENTO PARA 2026

2.1. CARATERÍSTICAS DISTINTIVAS DO GRUPO CA

O Grupo CA é composto por cada um dos seus Associados e Clientes, pelas suas necessidades e ambições, constituindo o somatório das várias comunidades onde está e que apoia desde 1911.



2.2. VISÃO, MISSÃO, VALORES E ODS PRIORITÁRIOS DO GRUPO CA

Num grupo financeiro descentralizado como o Grupo Crédito Agrícola, composto por uma estrutura central, 67 entidades autónomas e várias empresas de negócio e instrumentais detidas a 100%, com desafios em termos de eficiência e de escala num mercado cada vez mais competitivo, assume particular relevo o alinhamento estratégico, a disseminação da missão, objetivos e valores, e a orquestração da ação quotidiana de todos os titulares de órgãos de administração e fiscalização e de todos os colaboradores em benefício dos objetivos estratégicos consensualizados.

É fundamental que cada colaborador, enquanto força motriz do Grupo e agente de mudança, tenha plena consciência do seu contributo para a corporização de uma banca responsável e que os seus objetivos individuais estejam em perfeita simbiose com a estratégia da respetiva Caixa Associada que, por sua vez, deve estar alinhada com os objetivos estratégicos do Grupo CA.

Figura 6: Missão, Visão e Valores do Grupo CA



O Grupo CA é o único grupo financeiro:

- em que o lucro gerado é distribuído ou reinvestido na própria região;
- que aplica as poupanças no financiamento de projetos de investimento da região dos seus depositantes;
- em que as tomadas de decisão são tomadas pelo órgão de administração local (flexibilidade de resposta);
- onde os colaboradores são recrutados pelas unidades da região, contribuindo para a empregabilidade e desenvolvimento social local.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável Prioritários

A ambição e o propósito do Grupo CA em matéria de sustentabilidade está materializada na Política de Sustentabilidade em vigor, a qual determina como prioritários para a atuação do Grupo 8 objetivos para o desenvolvimento sustentável (ODS) dos 17 que constam da Agenda 2030 assinada por mais de 190 países.

Figura 7: Objetivos para os ODS Prioritários



Figura 8: 5 Pilares Estratégicos para o Grupo CA



3. ANÁLISE FINANCEIRA DO GRUPO CA

Resultados do Grupo CA

O Resultado Líquido do Grupo CA no 1º semestre de 2025 cifrou-se em 172,2 milhões de euros, o que corresponde a uma rentabilidade de capitais próprios de 11,8% e para a qual contribuíram os desempenhos positivos das principais componentes do Grupo (banca, seguros vida e não vida e gestão de ativos).

A variação homóloga de -23,3% no Resultado Líquido foi influenciada pelo decréscimo na margem financeira em -65,4 milhões de euros (-16,4% face ao 1º semestre de 2024) para 333,5 milhões de euros, pela redução dos outros resultados em -14,8 milhões de euros e pelo crescimento dos custos de estrutura em +15,1 milhões de euros para 234,7 milhões de euros (+6,9% face ao período homólogo). Em contrapartida registou-se o acréscimo em +8,7 milhões de euros (+18,6%) face ao período homólogo em resultados de contratos de seguros, para um total de 55,9 milhões de euros, o menor reforço de provisões e imparidades, de 3,1 milhões de euros a Junho de 2025, o que compara com um reforço de 7,5 milhões de euros no 1º semestre de 2024 (-4,4 milhões de euros), o crescimento das comissões líquidas em +3,8 milhões de euros (+5,1%) para 78,4 milhões de euros e a melhoria homóloga do resultado de operações financeiras em 9,3 milhões de euros, para 11,8 milhões de euros no 1º semestre de 2025.

TABELA 20: DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS DO GRUPO CA

Valores em milhões de euros, excepto percentagens

Indicadores consolidados do Grupo CA <i>Demonstração de resultados</i>	Dez.2024	Jun.2024	Jun.2025	Δ Abs. Jun.2025 / Jun.2024	Δ % Jun.2025 / Jun.2024
Margem financeira	783,0	398,9	333,5	-65,4	-16,4%
Comissões líquidas	158,8	74,6	78,4	3,8	5,1%
Resultados de contratos de seguros	115,6	47,1	55,9	8,7	18,6%
Produto bancário core	1 057,3	520,6	467,7	-52,9	-10,2%
Resultado das operações financeiras	26,5	2,5	11,8	9,3	363,9%
Outros resultados	-26,6	-0,1	-14,9	-14,8	-12141%
Produto bancário	1 057,1	523,0	464,6	-58,4	-11,2%
Custos de estrutura	-458,7	-219,6	-234,7	-15,1	-6,9%
Imparidades e provisões do exercício ¹	-1,5	-7,5	-3,1	4,4	58,5%
Resultado líquido consolidado	438,2	224,4	172,2	-52,2	-23,3%

(1) De acordo com o novo entendimento do IASB, os montantes relativos a recuperação de créditos e juros incobráveis (créditos abatidos ao activo), anteriormente contabilizadas na conta #842 (na rubrica de "Outros Resultados de Exploração", acima do produto bancário), passaram, a partir de Dez.24, a ser contabilizadas como reversão de imparidade na conta #87170.

A evolução registada na margem financeira é explicada essencialmente pela redução dos juros a receber da carteira de crédito (-47,3 milhões de euros face ao período homólogo) e dos juros líquidos da carteira

de títulos²⁵ (-10,1 milhões de euros comparativamente com o 1º semestre de 2024). A taxa média do crédito a clientes diminuiu -1,15 p.p., fixando-se em 4,49% no 1º semestre de 2025 face ao período homólogo, tendo, no mesmo intervalo, as taxas Euribor a 3M, 6M e 12M diminuído -1,53 p.p., -1,53 p.p. e -1,40 p.p., respetivamente. Também a taxa média dos títulos e outras aplicações registou um decréscimo de -0,46 p.p. face ao 1º semestre de 2024, situando-se em 2,36%. Paralelamente, verificou-se um aumento de +3,0 milhões de euros nos encargos com dívida emitida ao abrigo do enquadramento MREL, tendo por base a conclusão, em janeiro de 2025, da operação de emissão de 300 milhões de euros em dívida sénior preferencial social (5NC4), acompanhada pela oferta de recompra das obrigações emitidas em 2021, que totalizou, em termos de valor nominal agregado, 203,2 milhões de euros. O montante de dívida elegível MREL ascendeu, assim, a 646,8 milhões de euros.

Além da margem financeira, o produto bancário “core” de 467,7 milhões de euros registado no 1º semestre de 2025 (-10,2%, ou -52,9 milhões de euros, face ao período homólogo) foi ainda influenciado pelo crescimento homólogo nas comissões líquidas e nos resultados de contratos de seguros (+12,5 milhões de euros). A evolução verificada nas comissões líquidas decorre essencialmente do crescimento de 30,3% das comissões interbancárias de cartões líquidas (+3,2 milhões de euros), bem como das comissões de montagem de operações (+1,4 milhões de euros, ou +139,9%). Estes efeitos foram parcialmente atenuados pelo decréscimo em 4,5% das comissões de operações de crédito (-0,9 milhões de euros), bem como pelo aumento das comissões pagas (+2,0 milhões de euros ou +67,4%), parcialmente relacionado com custos da emissão obrigacionista levada a cabo em janeiro de 2025 (+1 milhão de euros no 1º semestre de 2025).

No que respeita à evolução homóloga verificada nos outros resultados (-14,8 milhões de euros), esta decorre maioritariamente da reclassificação dos montantes relacionados com a recuperação de créditos e juros incobráveis (créditos abatidos ao ativo), que, desde a data de referência de dezembro de 2024, passaram a ser contabilizados na rubrica de provisões e imparidades do exercício. Adicionalmente, contribuiu para esta evolução o aumento das contribuições obrigatórias que recaem sobre o sector bancário, no montante de +3,5 milhões de euros face ao 1.º semestre de 2024, totalizando 9,6 milhões de euros. Os resultados de operações financeiras registaram ganhos no montante de 11,8 milhões de euros, decorrentes essencialmente de ganhos com ativos não financeiros, nomeadamente imóveis provenientes de recuperação de crédito (9,6 milhões de euros).

²⁵ Juros líquidos da carteira de títulos incluem a dedução de derivados e amortização de prémios.

O produto bancário registou, como tal, no 1º semestre de 2025, uma queda homóloga de 58,4 milhões de euros, correspondente a -11,2%, para 464,6 milhões de euros.

Os custos de estrutura atingiram 234,7 milhões de euros durante o 1º semestre de 2025, representando um acréscimo de +6,9%, ou +15,1 milhões de euros, face ao mesmo período de 2024. O crescimento dos encargos operacionais decorreu, maioritariamente, do aumento dos custos com pessoal (+9,3% ou +12,5 milhões de euros), em resultado das atualizações da tabela salarial efetuadas no 1º trimestre de 2025 (+0,6% em Janeiro de 2025, referente ao ano de 2024, e +2,6% em fevereiro de 2025, com efeitos retroativos desde o início do ano), aplicadas ao universo de colaboradores do Grupo. Este crescimento foi igualmente influenciado pelo aumento do número de colaboradores, que totalizou 4.398 (+4,3% face ao 1º semestre de 2024), e pelo pagamento de prémios de desempenho relativos à performance do Grupo em 2024. Os gastos gerais administrativos registaram um crescimento de +2,3%, ou +1,5 milhões de euros, associado ao esforço continuado de desenvolvimento da oferta, ao aumento da atividade comercial e à resposta a requisitos legais e regulamentares, destacando-se, igualmente, os custos relacionados com a emissão obrigacionista realizada em janeiro de 2025.

No decurso do 1º semestre de 2025, as imparidades e provisões do exercício apresentaram um reforço líquido de 3,1 milhões de euros (-4,4 milhões de euros face ao período homólogo). As provisões do exercício registaram uma reversão líquida de 2,9 milhões de euros no 1º semestre de 2025, comparando com uma reversão líquida de 0,4 milhões de euros no período homólogo. No que respeita às imparidades de crédito, verificou-se um reforço líquido no montante de 5,1 milhões de euros, incluindo o impacto positivo de 12,7 milhões de euros em recuperações de créditos e juros incobráveis (créditos abatidos ao ativo), representando uma evolução positiva de 1,2 milhões de euros face ao reforço de 6,3 milhões de euros registado no 1º semestre de 2024. O montante das imparidades de crédito inclui ainda um reforço da componente de overlay, refletindo a incerteza macroeconómica e o potencial impacto das tarifas alfandegárias impostas pelos EUA sobre as empresas, embora a monitorização da carteira de crédito não tenha, até à data, identificado indícios relevantes que conduzam a impactos materiais na imparidade.

Durante o 1º semestre de 2025, o custo do risco de crédito cifrou-se em 0,04%, representando um decréscimo marginal de 0,01 p.p. face aos 0,05% que se tinham verificado no 1º semestre de 2024.

TABELA 21: DECOMPOSIÇÃO DO LUCRO DO GRUPO CA

Valores em milhões de euros, excepto percentagens

Decomposição do Lucro do Grupo CA	Dez.2024	Jun.2024*	Jun.2025	Δ Abs. Jun.2025 / Jun.2024	Δ % Jun.2025 / Jun.2024
Resultado líquido consolidado	439,8	224,4	172,2	-52,2	-23,3%
Resultado líquido do negócio bancário	392,0	206,2	148,8	-57,3	-27,8%
Empresas Seguradoras (CA Vida e CA Seguros)	28,9	9,3	13,8	4,5	48,7%
Veículos de investimento imobiliário ¹	-5,2	-2,6	-1,0	1,6	-61,5%
Outros ²	24,1	11,5	10,6	-1,0	-8,4%

(*) Demonstrações Financeiras não reexpressas para este período. Reporte da actividade seguradora de acordo com IAS39 / IFRS4.

(1) Fundos de investimento imobiliário e CA Imóveis, Unip. Lda

(2) CA SGPS, CA Gest, CA Serviços, CA Informática, CA Capital (em 27 de Setembro de 2024 registou-se a fusão por incorporação da CA Capital na CCCAM GI, com efeitos retroactivos a 1 de Janeiro de 2024), CCCAM GI, CA S&P, Fenacam, FIM CA Institucionais, resultados atribuíveis a interesses não controlados, ajustamentos de consolidação e anulação de saldos comuns.

A rentabilidade de capitais próprios consolidados (ROE) de 11,8% alcançada pelo Grupo Crédito Agrícola espelha os resultados conseguidos nas diferentes componentes do Grupo (Caixas Agrícolas, Caixa Central, companhias de seguros vida e não vida e gestão de ativos e fundos de investimento), incluindo os contributos positivos de 148,8 milhões de euros do negócio bancário, de 5,4 milhões de euros provenientes da CA Seguros e de 8,4 milhões de euros da CA Vida. Os resultados registados nos veículos de desinvestimento imobiliário (nomeadamente via desvalorização de unidades de participação) penalizaram os resultados consolidados em aproximadamente -1,0 milhões de euros.

BALANÇO DO GRUPO CA

TABELA 22: BALANÇO CONSOLIDADO DO GRUPO CA

Valores em milhões de euros, excepto percentagens

Indicadores consolidados do Grupo CA Balança	Dez.2024	Jun.2025	Δ Abs. Jun.2025 / Dez.2024	Δ % Jun.2025 / Dez.2024
Balanço				
Activo líquido total	27 282	28 343	1 060,9	3,9%
Crédito a clientes total (bruto) ¹	12 742	13 430	688,1	5,4%
do qual: Crédito a empresas e administração pública (bruto) ¹	7 858	8 316	457,5	5,8%
do qual: Crédito a particulares	4 883	5 114	230,6	4,7%
Crédito a clientes total (líquido)	12 421	13 093	672,2	5,4%
Imparidades e provisões acumuladas	508	514	6,1	1,2%
Recursos de clientes no balanço	22 019	22 594	575,0	2,6%
Capital próprio	2 846	3 006	160,1	5,6%

(1) Inclui instrumentos de dívida de Clientes (operações de papel comercial)

No final do 1º semestre de 2025, o ativo total do Grupo cifrou-se em 28,3 mil milhões de euros, representando um acréscimo de +1.060,9 milhões de euros face a Dezembro de 2024 (+3,9%). Do total do ativo, 13,4 mil milhões de euros correspondem à carteira de crédito bruto a clientes, que registou um incremento de +5,4% face ao final de 2024. Esta evolução representa um desempenho superior ao verificado no sector. Este crescimento incorpora a evolução favorável do segmento de crédito à habitação, que aumentou +226,4 milhões de euros (+6,5%) face a dezembro de 2024. O segmento tem

vindo a crescer pelo quinto trimestre consecutivo, prosseguindo a trajetória de recuperação iniciada no início de 2024. O Grupo disponibiliza igualmente crédito à habitação para o segmento jovem, no âmbito do esquema de garantias públicas em vigor, cabendo-lhe um montante total de 34,6 milhões de euros em garantias públicas. Até 30 de Junho de 2025, foram concedidos 65,3 milhões de euros em crédito à habitação a jovens, correspondendo a 9,3 milhões de euros em garantias públicas. A quota de mercado do Grupo CA no crédito total concedido a clientes situou-se em 6,11%, o que representa um acréscimo de +0,11 p.p. face a dezembro de 2024 e de +0,33 p.p. face a junho de 2024.

No final de junho de 2025, os recursos de clientes sob a forma de depósitos bancários ascendiam a 22,6 mil milhões de euros, registando-se um acréscimo de +2,6% face a dezembro de 2024. Tendo-se verificado, no 1º semestre de 2025, um aumento nos recursos de clientes (+575,0 milhões de euros) inferior ao aumento do crédito líquido concedido a clientes no mesmo período (+672,2 milhões de euros), o rácio de transformação aumentou face a dezembro de 2024, cifrando-se em 57,9% em junho de 2025, o que compara com 56,4% no final do ano transato e com 56,1% em termos homólogos.

QUALIDADE DA CARTEIRA DE CRÉDITO DO GRUPO CA

O rácio bruto de *Non Performing Loans* (NPL), calculado de acordo com a Instrução n.º 20/2019, situou-se em 4,3% em junho de 2025, registando-se um desagravamento de -0,3 p.p. face aos 4,6% observados no final de dezembro de 2024 e de -2,2 p.p. em comparação com os 6,5% registados no final do 1º semestre de 2024. Este decréscimo é justificado, principalmente, pelo retorno ao estatuto de crédito em cumprimento, verificado sobretudo nos segmentos de crédito à habitação e crédito empresarial.

Em termos absolutos, a carteira de NPL registou uma redução de -10,7 milhões de euros entre 31 de dezembro de 2024 e 30 de junho de 2025, fixando-se em 551,8 milhões de euros (-1,9% face ao final do ano transato). A diminuição face ao período homólogo foi de -213,5 milhões de euros, equivalente a -27,9%. Com referência a junho de 2025, os créditos classificados como “*Unlikely-to-Pay*” representavam cerca de 64,1%, o que corresponde a uma redução de -6,9 p.p. face ao rácio registado no final de 2024.

As imparidades acumuladas associadas a NPL ascendiam, no final de junho de 2025, a 225,8 milhões de euros, resultando num nível de cobertura de NPL por imparidades de 40,9%. A cobertura por imparidades e colaterais (FINREP)²⁶ situava-se em 90,8%, enquanto o rácio de cobertura não considerando o limite de exposição por contrato atingia os 155,8%. O rácio Texas, determinado pelo

²⁶ Aplicando *haircuts* e custos de recuperação, tendo por limite a exposição de cada contrato.

quociente entre o *stock* de NPL e a soma dos capitais próprios tangíveis com o *stock* de imparidades, fixou-se em 18,6% no final de junho de 2025.

TABELA 23: QUALIDADE DA CARTEIRA DE CRÉDITO DO GRUPO CA

Qualidade da Carteira de Crédito do Grupo CA	Valores em milhões de euros, excepto percentagens			
	Dez.2024	Jun.2025	Δ Abs. Jun.2025 / Dez.2024	Δ % Jun.2025 / Dez.2024
Non-Performing Loans (NPL)	562,5	551,8	-10,7	-1,9%
Rácio de Non-Performing Loans (NPL) ¹	4,6%	4,3%	-0,3 p.p.	
Rácio de Cobertura de NPL por imparidades de crédito ²	57,1%	61,1%	4,0 p.p.	
Rácio de Cobertura de NPL por imparidades de NPL ²	37,9%	40,9%	3,0 p.p.	
Rácio de Cobertura de NPL por imparidades de NPL e colaterais ²	151,5%	155,8%	4,4 p.p.	
Rácio de Cobertura de NPL por imparidades de NPL e colaterais (FINREP) ^{2 3}	90,4%	90,8%	0,4 p.p.	
Rácio Texas ⁴	19,2%	18,6%	-0,6 p.p.	
Rácio de Crédito Reestruturado	3,7%	2,8%	-0,8 p.p.	

(1) Rácio calculado segundo a Instrução 20/2019 do BdP.

(2) Aplicando haircuts e custos de recuperação.

(3) Cobertura tendo por limite a exposição do contrato.

(4) Determinado pelo quociente: NPL / (Capitais Próprios Tangíveis + Stock de Imparidades).

SOLVABILIDADE, ALAVANCAGEM E LIQUIDEZ DO GRUPO CA

Em cumprimento das regras CRD IV/CRR3, o Grupo Crédito Agrícola apresenta um nível de solvabilidade, medido pelos rácios *common equity tier 1* (CET1) e de fundos próprios totais de 23,7% (incluindo resultado líquido do exercício), um rácio de alavancagem de 10,0% (incluindo resultado líquido do exercício), um rácio de cobertura de liquidez (LCR) de 372,3% e um rácio de financiamento estável (NSFR) de 172,3%, todos acima dos níveis mínimos recomendados ou requeridos. Os rácios mencionados são calculados com base nos critérios CRR3.

Com referência a 30 de Junho de 2025, o Grupo CA detinha 3.437 milhões de euros em instrumentos elegíveis para cumprimento do rácio MREL, decomposto entre fundos próprios de 2.790 milhões de euros (incluindo resultado líquido do exercício de Junho de 2025 no perímetro prudencial de 162,9 milhões de euros) e dívida sénior emitida de 646,8 milhões de euros, apresentando um rácio MREL_{TREA} de 29,20%, o que permitia superar o requisito vinculativo de MREL_{TREA + CBR} de 25,79%, (ciclo 2023) em vigor desde Setembro de 2024 com uma margem de conforto de +3,41 p.p.. No final de junho de 2025, o rácio de MREL_{LRE} ascendia a 12,28%, superando também, de forma confortável, o requisito vinculativo mínimo de 5,90%.

Em agosto de 2025, a Autoridade de Resolução comunicou, ao Grupo CA, a atualização do requisito do rácio MREL + CBR (% RWA) para 25,24% (ciclo 2024), a vigorar a partir de 30 de setembro de 2025, em reconhecimento do progresso observado em matéria de resolubilidade.

TABELA 24: SOLVABILIDADE DO GRUPO CA

Valores em milhões de euros, excepto percentagens				
Solvabilidade do Grupo CA	Dez.2024	Jun.2025	Δ Abs. Jun.2025 / Dez.2024	Δ % Jun.2025 / Dez.2024
Fundos Próprios totais (Own Funds)				
Fundos Próprios Principais de Nível 1 (Common equity tier 1)	2 691,5	2 789,7	98,2	3,7%
Fundos Próprios de Nível 1 (Tier 1)	2 691,5	2 789,7	98,2	3,7%
Fundos Próprios de Nível 2 (Tier 2)	0,0	0,0	0,0	n.a.
Valor da posição em risco ⁽¹⁾	26 333,8	26 317,6	-16,2	-0,1%
Montante da exposição ponderada pelo risco (Risk weighted exposure amounts)	11 210,0	11 769,4	559,5	5,0%
RWA Density	42,1%	42,1%	0,0 p.p.	
Rácios de solvabilidade ⁽²⁾				
Rácio de Common Equity Tier 1 ⁽³⁾	24,0%	23,7%	-0,3 p.p.	
Rácio de fundos próprios totais ⁽³⁾	24,0%	23,7%	-0,3 p.p.	
Rácio de alavancagem ⁽³⁾	10,1%	10,0%	-0,1 p.p.	
Rácio de cobertura de liquidez (LCR)	393,48%	372,30%	-21,2 p.p.	
Rácio de financiamento estável (NSFR)	182,93%	172,25%	-10,7 p.p.	
Rácio MREL _{TREA}	28,92%	29,20%	0,3 p.p.	
Rácio MREL _{LRE}	12,17%	12,28%	0,1 p.p.	

(1) Inclui posições patrimoniais, extrapatrimoniais e derivados, líquidas de imparidade.

(2) Rácios fully implemented. Os rácios são calculado de acordo com as regras da Diretiva 2013/36/UE (CRD IV - Capital Requirements Directive) e Regulamento (U.E.) nº 575/2013 (CRR – Capital Requirements Regulation).

(3) O rácio incorpora o resultado líquido gerado no período.

Nota: Informação com base em valores reportados.

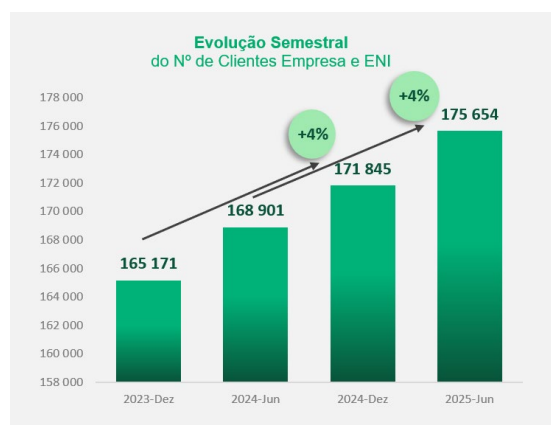
Plano de Marketing do Crédito Agrícola para 2026

CLIENTES EMPRESAS: PME E GRANDES EMPRESAS / INSTITUCIONAIS

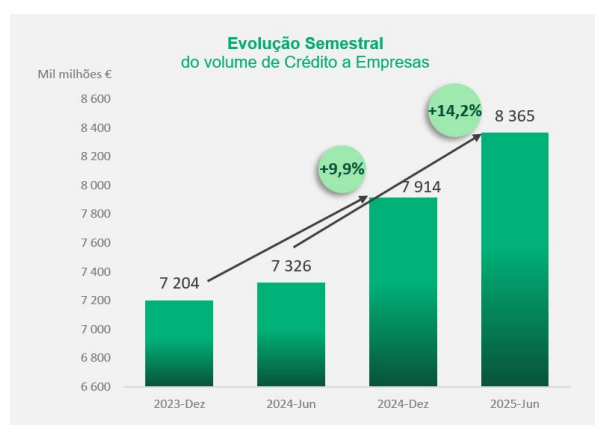
EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CLIENTES EMPRESAS E VOLUME DE CRÉDITO EMPRESAS

O número de Clientes aumentou 4% em 2024, mantendo o ritmo de crescimento entre junho de 2024 e junho de 2025.

O crédito em carteira registou uma evolução positiva, com um crescimento de 9,9% em 2024 e de 14,2% em junho de 2025 face ao período homólogo. Em junho de 2025, a carteira de crédito de Empresas representava 62% do total do crédito do CA, acima dos 60% registados no mesmo mês de 2024, destacando a relevância e o dinamismo do segmento empresarial no CA.



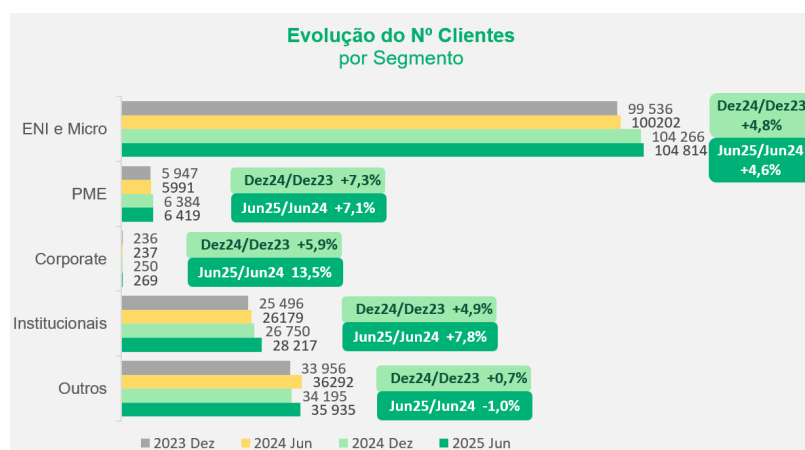
Fonte: Datamart – Jun 25



Fonte: ficheiro DPEC - Quotas Mercado - jun 25

SEGMENTOS E SECTORES DE ACTIVIDADE

Verifica-se uma tendência de crescimento no segmento PME, área em que o CA pretende reforçar a sua penetração. Em 2024, o número de Clientes aumentou 7,3% e, entre junho de 2025 e o mesmo período do ano anterior, registou-se um crescimento adicional de 7,1%. A análise de junho de 2025 evidencia ainda uma evolução positiva nos segmentos Corporate e Grandes Empresas e Institucionais, com crescimentos de 13,5% e 7,8%, respetivamente.



Fonte: Datamart – jun 25

Ao analisar as quotas de mercado de crédito por sector de atividade económica, em junho de 2025, face ao mesmo período de 2024, verifica-se um aumento em todos os sectores, com exceção do Comércio e da Construção. Entre os sectores prioritários, destaca-se o crescimento da Indústria e, sobretudo, do Turismo, onde praticamente atingimos a quota natural de crédito às empresas.

Quotas de Mercado Crédito CA por Sector

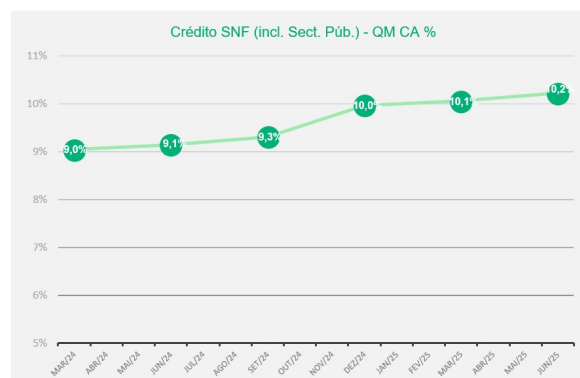
	jun/24	set/24	dez/24	mar/25	jun/25
Agricultura e Pescas	26,28%	26,39%	27,15%	26,88%	26,89%
Indústrias Transformadora	6,33%	6,35%	7,51%	7,82%	7,66%
Comércio	6,77%	6,88%	6,89%	6,70%	6,54%
Construção + Actividades Imobiliárias	10,19%	10,21%	10,17%	10,17%	9,95%
Transportes + Armazenagem	3,43%	4,07%	4,89%	5,12%	5,31%
Alojamento + Restauração	9,10%	9,20%	9,08%	9,82%	10,04%

QUOTAS DE DEPÓSITOS E CRÉDITO

A quota dos Depósitos apresenta uma ligeira redução para 6,4% em junho comparativamente ao mês homólogo de 2024. A quota de Crédito tem vindo a crescer de forma consistente atingindo os 10,2% em junho de 2025.



Fonte: ficheiro DPEC - Quotas Mercado - jun 25



Fonte: ficheiro DPEC - Quotas Mercado - jun 25

PLANO DE INICIATIVAS PARA 2026

Por forma a garantir a concretização das ações e objetivos prioritários para o segmento Empresas, o Crédito Agrícola definiu um plano de iniciativas trimestrais previstas para 2026:

	T1			T2			T3			T4		
iniciativa	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Campanhas de Comunicação	Campanha Digital Always On Trade Finance											
	Campanha Digital Always Sectorial Turismo											
	Campanha Digital Always Sectorial Indústria											
	Clientes sem Crédito									Leasing		
Campanhas comerciais (com objectivos)		CA Agricultura				PME Líder e Excelência 1ª fase e 2a fase						
										CA Empresas		
Feiras e Eventos	Ciclo de Conferências do Ensino Agrícola - Revista Voz do Campo											
			Tecnipão									
Comunicação Regular (Canais Digitais CA, Redes Sociais semanais)	Lançamento de Linhas Protocoladas Promoção de produto estratégico/elevada rentabilidade Promoção de Parcerias estratégicas Promoção dos Fundos Comunitários											

A estratégia para o segmento Empresas em 2026 tem como objetivo consolidar o posicionamento do Crédito Agrícola como Banco de referência no mercado nacional, reforçando o apoio local às Empresas e contribuindo para o desenvolvimento económico e social das diferentes regiões de Portugal.

Para atingir este objetivo global, foram definidos os seguintes eixos estratégicos:

- Crescimento da base de Clientes, com foco em PME e Corporate, privilegiando os setores prioritários (Agricultura, Comércio e Serviços, Indústria e Turismo), mas acompanhando também sectores mais dinâmicos e em expansão, como Saúde, Educação, Energias Renováveis, Tecnologias e Ambiente;
- Aumento da quota de mercado em crédito a Empresas, com maior foco em PME e Corporate por apresentarem um melhor perfil de risco e maior grau de vinculação;
- Reforço da concessão de crédito através de linhas protocoladas, beneficiando da garantia mútua, reduzindo risco e ampliando o apoio às Empresas;
- Desenvolvimento de nova oferta na plataforma de concessão de crédito e disponibilização de produtos e serviços em canal digital, simplificando processos, reduzindo o tempo de contratação e melhorando a eficiência e promovendo a libertação de tempo para atividade comercial e novo negócio;
- Intensificação da comunicação digital, com maior presença em redes sociais, promovendo o envolvimento dos Clientes, a captação de informação e a identificação de necessidades específicas;

- Participação em iniciativas e eventos relevantes, assegurando presença junto de Empresários e Empresas, Clientes e potenciais Clientes, reforçando o posicionamento do Crédito Agrícola no segmento;
- Aprofundamento da centralidade no Cliente, simplificando jornadas de interação, eliminando processos críticos, aumentando a eficiência e proporcionando uma experiência positiva e diferenciadora;
- Estabelecimento de parcerias estratégicas, criando oportunidades de negócio e disponibilizando às Empresas soluções não financeiras, como programas de aprendizagem, literacia financeira e apoio na transição para a sustentabilidade.

Tendo em conta os eixos estratégicos definidos, o Crédito Agrícola estabeleceu para 2026 as seguintes prioridades para o segmento Empresas:

- Manter a Campanha *Always On* ao longo do ano, reforçando a posição do CA como banco de referência para Empresas;
- Desenvolver campanhas e eventos para aumentar a rentabilidade e fidelização dos Clientes Empresa, apoiando os objetivos estratégicos anuais do segmento;
- Reforçar a presença nas redes sociais e comunicação digital, aumentando o envolvimento com Clientes e Não Clientes, e recolhendo informação útil sobre as suas necessidades;
- Criar um novo produto Conta Pacote para Empresas de maior dimensão, com mais produtos e serviços integrados;
- Lançar produtos de depósito e poupança 100% digitais para o segmento Empresas;
- Utilizar modelos estatísticos e comportamentais para segmentar Clientes com necessidades semelhantes e oferecer propostas de valor mais eficazes;
- Otimizar a análise de preços, garantindo um preço competitivo, e desenvolver ferramentas que melhorem continuamente o serviço prestado;
- Reformular e simplificar o processo de *onboarding* de Cliente e de atualização de dados reduzindo a burocracia e melhorando a experiência do Cliente Empresa;
- Reforçar a formação interna e a organização de informação sobre Linhas Protocoladas, de modo a aumentar a eficácia e o volume do crédito protocolado;
- Criar condições de preço e de aprovação que viabilizem o negócio de *trade finance*, segmento em forte crescimento e com elevada rentabilidade no mercado;
- Participar em feiras B2B, *webinars* e outros eventos para aproximar a marca CA das Empresas e gerar novas leads comerciais;
- Estabelecer novas parcerias estratégicas que:
 - gerem leads através de Associações Empresariais ou agrupamentos de Empresas, aumentando o negócio;
 - ofereçam vantagens concretas aos Clientes, como formações académicas ou técnicas nas áreas de gestão, finanças, liderança e sustentabilidade.
- Apoiar nos nossos clientes na descarbonização e na transição energética, das seguintes formas:

- criando e desenvolvendo linhas de crédito de apoio à transição energética, com incentivos aos investimentos necessários para o efeito
- estabelecendo parcerias de negócio com *players* de referência no sector das energias renováveis, eficiência energética, consultadoria de descarbonização, etc., para que possam ajudar os nossos clientes, fornecendo os bens e/ou serviços necessários à transição energética.
- Apoiar os clientes na identificação e no acesso a Fundos Comunitários, no âmbito do novo Quadro Comunitário Portugal 2030 e do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) para 2023 - 2027, nomeadamente através da realização de sessões de capacitação e esclarecimento para empresas.

Especificamente para Corporate e Grandes Empresas estabelecem-se as seguintes prioridades adicionais:

- Substituir o sector prioritário do turismo por alojamento para estudantes e lares de terceira idade como estratégia de diversificação da carteira;
- Incrementar a participação nos clusters da Aeronáutica, Defesa e Espaço, como eixo de diversificação da carteira, com as devidas cautelas em matéria de BCFT.

CLIENTES PARTICULARES

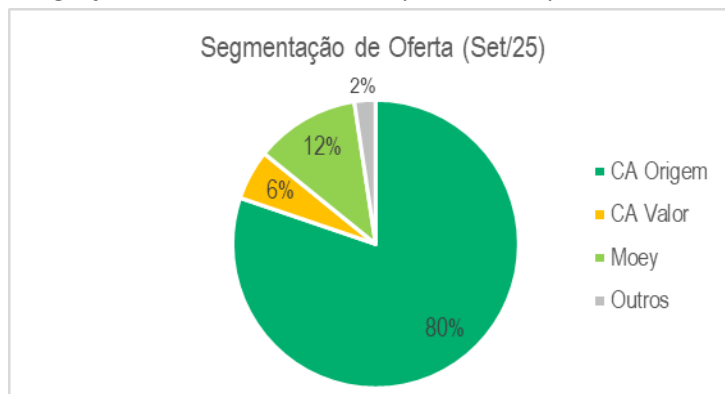
CARACTERIZAÇÃO DOS CLIENTES PARTICULARES

A segmentação de clientes é um pilar estratégico para o Crédito Agrícola, permitindo alinhar a oferta com as necessidades específicas de cada perfil e maximizar o valor entregue ao longo do ciclo de vida do cliente. Num contexto de elevada concorrência e transformação digital, compreender os segmentos de oferta - CA Origem, CA Valor e Moey - é essencial para garantir personalização, eficiência comercial e rentabilidade. Esta abordagem reforça a proximidade, promove a mobilidade entre segmentos e integra a estratégia digital, assegurando soluções adequadas para cada momento da vida financeira.

Segmentos de Oferta - O Crédito Agrícola estrutura a sua proposta de valor em três segmentos principais:

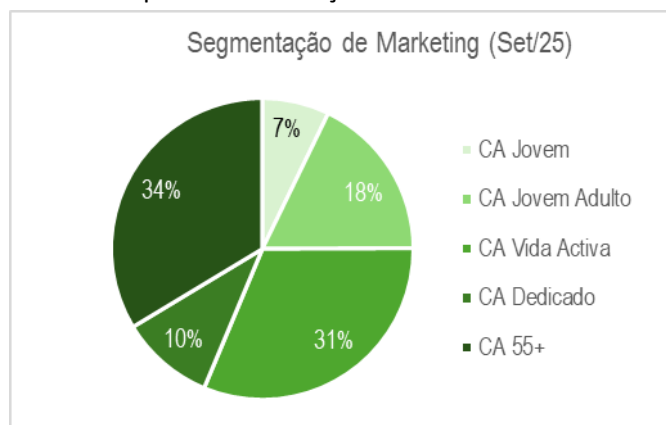
- **CA Origem** representa 80% da base de clientes, com cerca de 1,2 milhões de clientes. Este segmento constitui a maior fatia da carteira, destacando-se pelo elevado potencial de crescimento, sobretudo em produtos de crédito, dado que apenas 3% possuem Crédito Habitação e 5% Crédito Pessoal. Além disso, existe uma oportunidade significativa de expansão na adesão a canais digitais, já que metade destes clientes ainda não utiliza estas soluções.
- **CA Valor** corresponde a 6% da carteira, com aproximadamente 98 mil clientes, dos quais 93% são ativos. Este segmento distingue-se pelo elevado envolvimento, saldos médios superiores e maior número de transações, sendo considerado o grupo com maior potencial de retorno para o negócio de retalho bancário. Por isso, mantém-se como aposta estratégica para 2026, com enfoque na fidelização e valorização da relação.
- **Moey** agrega cerca de 12% da carteira, totalizando 173 mil clientes, dos quais 38% têm idades entre os 18 e os 30 anos. Este segmento é maioritariamente composto por jovens urbanos,

solteiros e nativos digitais, com forte apetência por soluções financeiras simples, digitais e convenientes. A Moey funciona como porta de entrada para o universo Crédito Agrícola, potenciando a migração futura destes clientes para outros produtos do Grupo.



Segmentos Estratégicos de Marketing - Para além dos segmentos de oferta, a estratégia do Crédito Agrícola considera o perfil e o valor estratégico de outros grupos que contribuem para a sustentabilidade e crescimento do negócio. Em 2026, será dada especial atenção aos seguintes segmentos:

- **Associados:** Representam a base do modelo cooperativo, com cerca de 354 mil associados particulares, dos quais 74% são primeiros titulares. O perfil demográfico indica que 70% têm mais de 55 anos, reforçando a necessidade de estratégias para rejuvenescimento da carteira e maior envolvimento das novas gerações.
- **Menores:** Com 106 mil clientes (7%), este segmento é essencial para garantir a captação precoce e a fidelização futura. A aposta passa por trabalhar uma nova proposta de valor com simplificação dos produtos, maior acesso digital e uma linha de comunicação transversal que reforce a ligação ao Crédito Agrícola desde cedo.
- **Seniores (55+):** Com uma base consolidada de 498 mil clientes (34%), fruto da presença do Crédito Agrícola em zonas rurais e comunidades locais, existe uma oportunidade significativa de rentabilização através de soluções adaptadas às suas necessidades. Este segmento apresenta um perfil financeiro estável, com rendimentos regulares (reformas e pensões) e baixo risco de incumprimento, sendo naturalmente propenso à contratação de produtos de poupança, seguros e investimentos conservadores. A concorrência tem vindo a lançar ofertas específicas para seniores, o que reforça a necessidade de o CA assumir uma posição de liderança neste mercado. Para além disso, os seniores tendem a ser figuras de referência nas famílias, influenciando decisões financeiras de filhos e netos, o que abre espaço para estratégias de cross-selling e captação de novos clientes por recomendação.



OBJECTIVOS GERAIS PARA OS SEGMENTOS DE RETALHO

O principal objetivo para o próximo ano nos segmentos de retalho é explorar as potencialidades de cada um dos segmentos de clientes, reavaliando as propostas de valor e melhorando as mesmas de acordo com as necessidades e com as dinâmicas verificadas na oferta do mercado. A continua evolução da estratégia dos segmentos tem em vista a retenção, rentabilidade e fidelização dos clientes atuais, bem como promover a atratividade de novos clientes para o Crédito Agrícola, tem os seguintes objetivos:

1. **Crescimento da Carteira de Clientes e Produtos:** incrementar o número de clientes em carteira, com um aumento proporcional da colocação de produtos financeiros;
2. **Aumento do Rácio de Clientes Primários:** aumentar o rácio de clientes que utilizam o Crédito Agrícola como banco principal, incentivando maior transacionalidade e envolvimento;
3. **Adoção de Canais Digitais:** intensificar o uso dos canais digitais e da contratação de produtos nestes canais, contribuindo para a melhoria da margem e aumento do número de transações;
4. **Desenvolvimento do Negócio:** evoluir a oferta de produtos com potencial de crescimento para os diferentes segmentos, como os produtos de investimento para o segmento CA Valor;
5. **Incremento na cobrança de comissões:** aumentar a efetividade da cobrança de comissões, contribuindo diretamente para a melhoria da receita;
6. **Reforço da carteira de Associados:** aumentar o número de Associados, rejuvenescer a idade da carteira e aumentar o volume da Capital Social.

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS PARA CADA SEGMENTOS

Segmento CA Valor

Será dada prioridade à implementação, no SICAM, da proposta de valor dirigida aos clientes deste segmento, com o objetivo de reforçar e valorizar a relação de confiança já existente.

Prioridades:

- **Função Gestor de Clientes CA Valor:** adoção e implementação da função, acompanhada pela participação no programa de formação, especializado em instrumentos financeiros e estratégias relacionais, para adequada capacitação dos colaboradores selecionados para a função;
- **Segmentação e encarteiramento:** adequação e automatização dos processos de suporte à constituição das carteiras, ao suporte das propostas de valor e ao CRM;
- **Conta Pacote Valor:** disponibilização da conta pacote CA Valor, dirigida para os clientes do segmento, integrando produtos e serviços financeiros adequados às suas necessidades e concorrendo para a vinculação e plena satisfação destes junto do CA;
- **Diversificação e Comunicação da Oferta:** ampliação da gama de produtos de investimento, assegurando maior diversidade de soluções para resposta à necessidade dos clientes do segmento e promovendo uma plataforma mais eficiente para a gestão da carteira de investimentos;
- **Comunicação:** Promoção da marca “CA Valor” a aplicar nas comunicações direcionadas ao segmento, aumentando o reconhecimento e perceção de valor, com uma imagem de exclusividade e prestígio.

Segmento CA Origem

Em 2026, será dada continuidade à estratégia de simplificação da oferta e à revisão da proposta de valor para este que é o maior segmento de clientes, promovendo a adoção de mais produtos e serviços

Prioridades:

- **Simplificação da Oferta:** Melhoria e promoção de uma oferta simplificada e universal que atenda às necessidades destes clientes e que facilite o processo de venda nas agências e canais digitais;
- **Contas Pacote Origem e Origem +:** Comunicação das Contas Pacote com vista a aumentar a rentabilidade do negócio, já que permitem aumentar a colocação de produtos bem como gerar receitas através de comissões mensais;
- **Ajustes ao preço Geral:** Revisão das Comissões, a fim de adequar à nova oferta e acompanhar o preço à restante banca.
- **Produto Ordenado:** Criação de produto Ordenado como forma de aumentar a transacionalidade e a vinculação dos clientes ao banco. Com isto, procurar-se incentivar uma relação mais ativa e próxima com a instituição, promovendo maior movimentação e uso dos produtos financeiros, bem como rentabilidade direta pela utilização do crédito;
- **Programa de Cashback:** desenvolvimento de um programa para potenciar a transacionalidade e envolvimento com o CA, reforçando o posicionamento enquanto banco principal;
- **Comunicação:** divulgação da marca “CA Origem” dedicada ao segmento, garantindo uma identidade visual coesa e consistente.
- **Captação do público mais jovem:** revisão da proposta de valor para clientes entre os 0 e os 17 anos, com o objetivo de equiparar a oferta do Crédito Agrícola com a concorrência e aumentar a atratividade para clientes deste segmento.

Segmento Moey

Mantendo o seu posicionamento enquanto solução bancária nacional “sem custos” focada na simplicidade e facilidade para a gestão do dia-a-dia, pretende-se que a Moey represente um canal de entrada de Clientes no Crédito Agrícola.

Prioridades:

- **Captação e Fidelização:** a atração de novos clientes continuará a ser feita no eixo de comunicação de qualidade-preço apelativo enquanto a retenção é impulsionada pela experiência de utilização;
- **Rentabilidade do segmento:** para aumentar a receita continuará, por um lado, a ser promovida a aquisição de seguros viagem e pets e, por outro, potenciar a facilidade de migração para outros produtos do Crédito Agrícola, nomeadamente para a oferta de Contas Pacote.

Segmento transversal - Associados

A estratégia para os Associados mantém-se centrada na valorização do modelo cooperativo do Crédito Agrícola, destacando o papel dos Associados como pilares da identidade, solidez e missão das CCAM.

Prioridades:

- **Lançamento de nova oferta para Associados:** Introdução de novos produtos de poupança com contratação digital, reforçando o posicionamento junto das novas gerações;
- **Parcerias:** Dinamização da nova estratégia de parcerias, com integração de novos parceiros e reativação dos anteriores através de um modelo de gestão renovado;
- **Comunicação:** Aposta na nova linha de comunicação e divulgação de iniciativas locais reforçando o impacto positivo nas comunidades.

Segmentos de Marketing - Menores e Seniores

Em 2026, será dada prioridade à **revisão da proposta de valor** para os segmentos Menores (0-17 anos) e Seniores (55+), garantindo uma oferta competitiva e uma comunicação mais apelativa e direcionada, reforçando a ligação ao Crédito Agrícola.

Prioridades:

- **Simplificação e valorização da oferta:** Revisão dos produtos e benefícios para menores e seniores, alinhando a oferta às necessidades e tendências do mercado;
- **Nova Linha de Comunicação:** Desenvolvimento de nova linguagem e imagem adaptadas a cada segmento, reforçando proximidade e confiança;
- **Integração Digital:** Desenvolvimento de experiência fluida nos canais digitais, com pagamentos simples e consulta fácil de saldos e movimentos, reforçando a conveniência e autonomia para clientes menores.

PLANO DE CAMPANHAS 2026

Para garantir a concretização dos objetivos estratégicos definidos para 2026, a DNR estruturou um plano de campanhas que combina ações de grande impacto com comunicação contínua e iniciativas pontuais, assegurando presença constante no mercado e reforço da proposta de valor. Este plano responde à necessidade de priorizar produtos estratégicos, como Crédito Habitação, ao mesmo tempo que promove segmentos com elevado potencial de crescimento e rentabilidade.

O plano assenta em três tipos de ações complementares:

- **Campanhas Macro:** Iniciativas de grande destaque e longa duração (mais de 6 semanas), alinhadas com momentos-chave do mercado, para impulsionar produtos âncora e reforçar a imagem da marca.
- **Comunicação Always On:** Presença contínua ao longo do ano, garantindo visibilidade permanente para produtos essenciais e propostas de valor transversais.
- **Campanhas Micro:** Ações pontuais, com enfoque digital, para dar resposta rápida a oportunidades de mercado e promover produtos específicos, como seguros ou soluções para segmentos estratégicos.

A estratégia para 2026 responde a cinco princípios fundamentais que orientam a execução ao longo do ano:

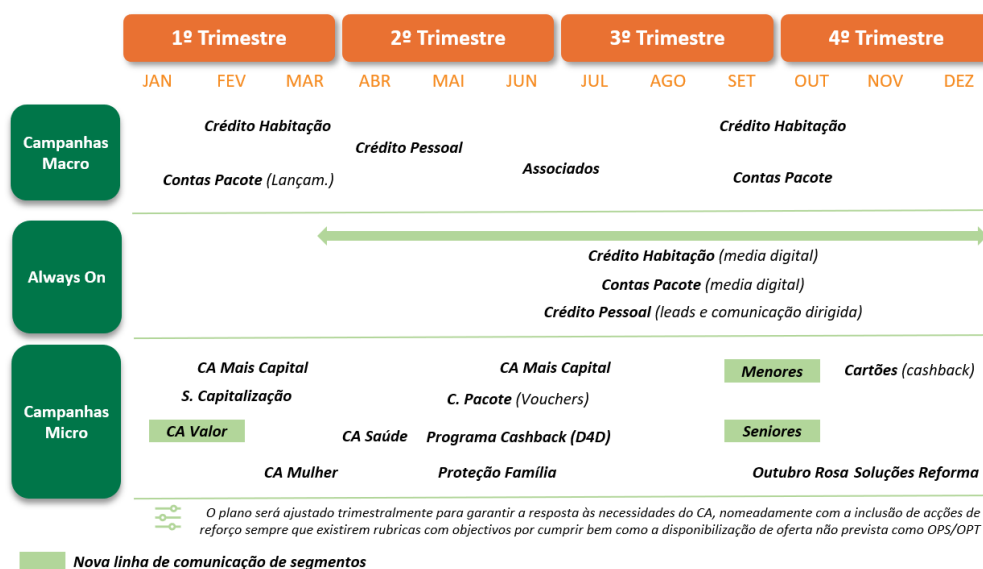
- **Acelerar as rubricas de objetivos:** No primeiro semestre, serão priorizadas campanhas para produtos chave como Crédito Habitação, Crédito Pessoal, Produto Mais Capital e Associados, garantindo

impacto imediato nos resultados.

- **Comunicação de novidades:** Reforçar a divulgação de novos produtos, como Contas Pacote e Produto Mais Capital, assegurando notoriedade e interiorização pela rede comercial.
- **Presença contínua de oferta de captação:** Produtos de captação com visibilidade digital e Crédito Pessoal para suprimir descontinuação de CA Pronto, estarão presentes em iniciativas ao longo do ano.
- **Nova comunicação de segmentos:** Renovar a imagem dos segmentos de marketing mais relevantes (Menores e Seniores) na reentrada, reforçando a visão integrada e a atratividade.
- **Flexibilidade no segundo semestre:** Reduzir a pressão de campanhas para permitir ajustes e reforços conforme resultados e contexto, garantindo um planeamento dinâmico e orientado para objetivos.

O plano de campanhas foi concebido com base numa lógica trimestral, permitindo uma gestão dinâmica e adaptável às necessidades do negócio. Esta abordagem garante que as ações planeadas podem ser ajustadas ao longo do ano, assegurando maior eficácia na concretização dos objetivos estratégicos, destacando-se.

- **1.º Trimestre:** Crédito Habitação e Lançamento das Contas Pacote como prioridade e campanha micro para o novo produto Mais Capital.
- **2.º Trimestre:** Crédito Pessoal, complementado por pela campanha habitual de CA Saúde e ação de dinamização das Contas Pacote
- **3.º Trimestre:** Foco nos Associados e, na reentrada escolar, lançamento das novas linhas de comunicação para os segmentos estratégicos (Menores e Seniores)
- **4.º Trimestre:** Segunda vaga da comunicação de Crédito Habitação e de Contas Pacote com início em setembro mas que perdura no 4º trimestre. Realização das campanhas habituais de Black Friday, para direcionada a promoção de cartões e transacionalidade, e de Soluções Reforma.



Objetivos Comerciais

A proposta de objetivos comerciais para 2026, representa mais do que um conjunto de metas numéricas: traduz um compromisso coletivo com a continuidade de um projeto comum, forte, coeso e orientado para o futuro e tem como linhas orientadoras o reforço da quota de mercado, o foco no crescimento da carteira de crédito e a melhoria do rácio de transformação, pilares fundamentais para o crescimento do Grupo Crédito Agrícola.

Os objetivos Comerciais são fixados em Produção Nova, à exceção da rubrica de “Depósitos e Poupanças”, e têm por base cinco princípios para a sua distribuição: Dinamização comercial, transparência, ajuste à realidade local, alinhamento à estratégia SICAM e coerência.

Assim, vimos apresentar os objetivos comerciais para 2026 para a **CCAM Douro e Sabor, CRL**:

VARIÁVEL	TIPOLOGIA	UNIDADE	OBJECTIVO 2026
Capital Social	Produção Nova	Associados	170
Depósitos e Poupanças	Carteira	Euros	Valor a 31-12-2025
Produtos de Diversificação	Produção Nova	Euros	2.557.083
Novos Clientes	Produção Nova	Clientes	300
Crédito à Habitação	Produção Nova	Euros	5.467.501
Crédito a Particulares	Produção Nova	Euros	1.403.748
Crédito à Tesouraria e Trade Finance (NI)	Produção Nova	Euros	4.663.497
Crédito ao Investimento e Leasing Imobiliário	Produção Nova	Euros	7.996.593
Leasing Mobiliário	Produção Nova	Euros	333.393
TPA's	Produção Nova	TPA's	30
Cartões de Crédito	Produção Nova	Cartões	151
CA Seguros: Habitação	Produção Nova	Euros	21.588
CA Seguros: Soluções de Saúde (CA Saúde e CA Clinicard)	Produção Nova	Euros	30.769
CA Seguros: Outros Produtos (Outros produtos e Automóvel)	Produção Nova	Euros	163.596
CA Vida: Risco - Crédito	Produção Nova	Euros	39.202
CA Vida: Risco - Outros	Produção Nova	Euros	10.807

Orçamento Ano 2026

PRESSUPOSTOS DO ORÇAMENTO						
NEGÓCIO BANCÁRIO	31.12.2024 Real	30.09.2025 Real	31.12.2025 Estimativa*	Taxa variação 2025/2024	Objectivo crescimento para 2026	31.12.2026 Previsão
Operações passivas (saldo acumulado)	169.668.071 €	165.961.290 €	170.556.255 €	0,52%	6,55%	181.733.878 €
Depósitos à ordem	81.327.184 €	77.135.747 €	79.295.548 €	-2,50%	7,90%	85.559.896 €
Depósitos a prazo e poupança	88.093.258 €	88.551.411 €	90.986.575 €	3,28%	5,40%	95.899.850 €
Outros Empréstimos e Depósitos	247.629 €	274.132 €	274.132 €	10,70%	0,00%	274.132 €
Crédito Bruto Total	54.141.546 €	52.257.210 €	52.445.927 €	-3,13%	4,55%	54.832.267 €
Crédito bruto a Empresas e Adm. Pública (bruto)	24.537.454 €	22.233.225 €	21.905.794 €	-10,73%	1,87%	22.315.053 €
Crédito ao Invest., Tesouraria e Leasing Imo	24.424.348 €	22.114.766 €	22.176.201 €	-9,20%	2,45%	22.719.518 €
Outros Créditos/Acerto e créditos Abatidos	113.106 €	118.459 €	-270.407 €	n.a.	n.a.	-404.465 €
Crédito bruto a Particulares (bruto):	29.604.092 €	30.023.985 €	30.540.133 €	3,16%	6,47%	32.517.214 €
Crédito Habitação	22.063.005 €	22.710.129 €	23.270.161 €	5,47%	8,34%	25.210.892 €
Crédito Pessoal	7.541.087 €	7.313.856 €	7.269.972 €	-3,60%	0,50%	7.306.322 €
Total Capital Social	16.767.730 €	18.160.405 €	18.160.405 €	8,31%	0,00%	18.160.405 €
Número de Novos Associados		147	196	n.d	-13,27%	170

TAXAS DE JURO	Taxa Média em 2024	Taxa Média em Set.25	Taxa Média em 2025	Taxa Média para 2026
Operações passivas				
Depósitos à ordem	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Depósitos a prazo	1,90%	1,60%	1,54%	1,29%
Recursos de Bancos Centrais	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Recursos de OIC	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Recursos de CCCAM - Taxa de Juro média a pagar DP MREL 2024	8,69%	8,69%	8,69%	8,69%
DP MREL 2024	177.000 €	177.000 €	177.000 €	177.000 €
Recursos de CCCAM - Taxa de Juro média a pagar DP MREL 2025		3,76%	3,76%	3,76%
DP MREL 2025		509.000 €	509.000 €	509.000 €
Recursos de CCCAM - Taxa de Juro média a pagar DP MREL 2026				3,38%
DP MREL 2026				667.000 €
Operações activas				
Aplicações na Caixa Central DP	2,09%	1,71%	1,69%	1,73%
Crédito bruto a empresas e adm. Pública	5,29%	4,33%	4,20%	3,95%
Crédito bruto a particulares:				
Habitação	4,89%	3,77%	3,66%	3,41%
Pessoal	7,33%	6,34%	6,15%	5,90%

CRÉDITO VENCIDO	31.12.2024 Real	30.09.2025 Real	31.12.2025 Estimativa*	31.12.2026 Previsão
Total do Crédito Vencido	71.492 €	950.023 €	561.157 €	427.099 €
Rácio Crédito Vencido	0,10%	1,80%	1,10%	0,80%
Imparidades acumuladas totais para crédito:	1.708.432 €	1.175.368 €	1.227.694 €	1.331.714 €
Constituição/reversão de imparidades do exercício associadas ao crédito a clientes	-545.645 €	-543.179 €	441.192 €	238.077 €
Activos não correntes detidos para venda	104.125 €	104.125 €	104.125 €	0 €

CRÉDITO NÃO PRODUTIVO (NPL)	31.12.2024 Real	30.06.2025 Real	31.12.2025 Estimativa*	31.12.2026 Previsão
Créditos Não Produtivos (NPL)	1.811.509 €	1.894.899 €	1.632.729 €	1.568.923 €
Rácio NPL (Com IC)	1,00%	1,20%	1,00%	0,90%
Rácio NPL (Sem IC)	3,60%	3,90%	3,30%	3,00%
Rácio Cobertura NPL (Com IC)	94,30%	62,00%	75,20%	84,90%

PRESSUPOSTOS DO ORÇAMENTO

NEGÓCIOS NÃO BANCÁRIOS

SEGUROS NÃO VIDA (prémios comerciais emitidos)	Estimativa de PCE para 31.12.2025	Remuneração estimada para 2025*	Estimativa de PCE para 2026	Taxa de variação prod. nova 2026/2025	% comissões médias pagas à CCAM	Remuneração estimada para 2026	Estimativa de Produção nova para 2026
Habitação	182.168 €	57.275 €	194.466 €	32,40%	31,40%	61.141 €	21.588 €
Seguros de Saúde	114.199 €	32.445 €	137.202 €	62,00%	28,40%	38.980 €	30.769 €
Out. Seguros (inclui automóvel)	797.739 €	155.023 €	846.461 €	66,20%	19,40%	164.491 €	163.596 €
Total Seguros Não Vida	1.094.106 €	244.743 €	1.178.129 €			264.612 €	215.953 €

SEGUROS DE VIDA (produção nova)	Produção nova para 31.12.2025	Remuneração estimada para 2025*	Objectivos produção nova para 2026	Taxa variação prod. Nova 2026/2025	% comissões médias pagas à CCAM	Remuneração estimada para 2026
Risco	36.980 €	48.747 €	50.010 €	35,20%	131,80%	70.537 €
Fundos de Pensões	32.969 €	6.085 €	32.969 €	0,00%	18,50%	6.085 €
Capitalização	819.240 €	3.045 €	819.240 €	0,00%	0,40%	3.045 €
Comissionamento extra (sobre comissões)		17.363 €			31,70%	25.228 €
Total Seguros Vida	889.189 €	75.240 €	902.219 €			104.895 €

OUTRAS COMISSÕES LÍQUIDAS	31.12.2024 Real	30.09.2025 Real	31.12.2025 Estimativa*	31.12.2026 Previsão
Outras Comissões líquidas	713.652 €	545.237 €	741.402 €	740.843 €
Em % do crédito bruto	1,32%	1,39%	1,39%	1,38%

PRESSUPOSTOS DO ORÇAMENTO

OUTROS RESULTADOS	31.12.2024 Real	30.09.2025 Real	31.12.2025 Estimativa*	Taxa variação 2026/2025	31.12.2026 Previsão
Rendimentos de Instrumentos de Capital	57.853 €	59.667 €	79.556 €	0,00%	79.556 €
Resultados de Reavaliação Cambial	39 €	39 €	52 €	0,00%	52 €
Resultados de Alienação de Outros Activos	-7.517 €	5 €	7 €	-100,00%	0 €
Contribuições para Fundo de Garantia/FACAM	2.573 €	1.977 €	2.032 €	6,60%	2.165 €
% dos depósitos	0,002%	0,001%	0,001%		0,001%
Contribuições para Fundo de Resolução e União	4.046 €	6.405 €	8.541 €	0,00%	8.541 €
Outros Resultados de Exploração	15.542 €	-8.795 €	-2.049 €		-15.236 €
<u>Outros rendimentos operacionais:</u>	55.487 €	27.790 €	46.732 €		33.545 €
Reembolso de Despesas	6.471 €	7.149 €	9.532 €	0,00%	9.532 €
Recuperações de Crédito Juros e Despesas	0 €	169 €	169 €	0,00%	169 €
Rendimentos de Prestações de Serviços	22.099 €	12.056 €	16.075 €	0,00%	16.075 €
Outros rendimentos operacionais	26.917 €	5.827 €	7.769 €	0,00%	7.769 €
Reembolso do ASSB (adicional de solidariedade sobre o sector b)		2.589 €	13.187 €		
<u>Outros encargos operacionais:</u>	39.945 €	36.585 €	48.781 €		48.781 €
Quotizações	2.500 €	1.875 €	2.500 €	0,00%	2.500 €
Donativos	1.758 €	3.535 €	4.714 €	0,00%	4.714 €
Outros encargos e gastos operacionais	8.318 €	4.472 €	5.963 €	0,00%	5.963 €
Outros impostos	27.369 €	26.703 €	35.604 €	0,00%	35.604 €
Activos Tangíveis e Investimento:					
Outros Activos Tangíveis	1.744.320 €	1.708.172 €	2.017.022 €	43,30%	2.890.414 €
Investimento para modernização de agências	0 €	0 €	333.000 €		1.000.000 €
Investimento na atualização do parque de ATM's					0 €
Investimento na atualização do parque de B24					0 €
Outros Investimentos em activos tangíveis	0 €	0 €	0 €	0,00%	0 €
Amortizações do exercício	88.597 €	62.459 €	86.609 €	46,20%	126.609 €

PRESSUPOSTOS DO ORÇAMENTO

GASTOS COM PESSOAL	31.12.2024 Real	30.09.2025 Real	31.12.2025 Estimativa*	Taxa variação 2026/2025	31.12.2026 Previsão
Órgãos de gestão					
Órgãos de gestão-administração	254.870 €	188.337 €	251.116 €	17,20%	294.333 €
Senhas órgãos de gestão-c.fiscal	2.519 €	3.164 €	4.016 €	2,50%	4.116 €
Total da retribuição a órgãos sociais	257.389 €	191.501 €	255.132 €	17,00%	298.449 €
Empregados					
Retribuição base a empregados	374.306 €	259.527 €	346.036 €	2,50%	354.687 €
Diuturnidades	47.195 €	28.678 €	38.237 €	2,50%	39.193 €
Isenção de horário	42.697 €	29.533 €	39.377 €	2,50%	40.361 €
Subsídio compensatório	107.481 €	69.431 €	92.574 €	2,50%	94.889 €
Outras remunerações adicionais a empregados	12.453 €	10.396 €	13.861 €	2,50%	14.208 €
Total de retribuições	584.132 €	397.565 €	530.085 €	2,50%	543.338 €
Subsídios					
Subsídio de almoço de empregados	60.623 €	44.208 €	58.944 €	2,50%	60.417 €
Subsídio infantil e de estudo	4.767 €	4.492 €	5.990 €	2,50%	6.139 €
Subsídio eventuais de caixa e de cobrança e outros	12.994 €	12.954 €	17.272 €	2,50%	17.703 €
Total dos subsídios	78.384 €	61.654 €	82.206 €	2,50%	84.259 €
Subsídio de férias	42.280 €	30.464 €	40.619 €	2,50%	41.635 €
Subsídio de natal	40.162 €	27.947 €	37.263 €	2,50%	38.194 €
Subsídios de férias e natal	82.442 €	58.411 €	77.882 €	2,50%	79.829 €
Prémios					
Prémio de desempenho	33.757 €	36.783 €	36.783 €	2,50%	37.703 €
Prémio de antiguidade	8.106 €	0 €	0 €	2,50%	0 €
Total de prémios	41.863 €	36.783 €	36.783 €	2,50%	37.703 €
Encargos Sociais					
Segurança Social	205.631 €	146.527 €	195.324 €		208.566 €
<i>Taxa efectiva SS</i>	22,3%	22,6%	22,6%		22,6%
SAMS	46.006 €	35.092 €	46.789 €	2,50%	47.959 €
Fundo de pensões	29.039 €	12.440 €	12.440 €	41,80%	17.637 €
Acidentes de trabalho	5.939 €	5.522 €	7.363 €	2,50%	7.547 €
Indemnizações contratuais	30.000 €	1.392 €	1.856 €	0,00%	1.856 €
Complementos Sub. de doença	306 €	866 €	1.155 €	2,50%	1.184 €
Serviços clínicos e de higiene	4.716 €	0 €	0 €	2,50%	0 €
Outros encargos	0 €	0 €	0 €	2,50%	0 €
Encargos Sociais Facultativos - CA Vida	0 €	0 €	0 €	2,50%	0 €
Despesas com formação (inclui Fundo Formação)	0 €	3.278 €	4.371 €	2,50%	4.480 €
Outros custos	0 €	0 €	0 €	2,50%	0 €
Custos com Pré-Reforma	0 €	0 €	0 €	0,00%	0 €
Total de encargos Sociais e outros custos	321.637 €	205.117 €	269.298 €	7,40%	289.229 €
Total dos gastos com pessoal	1.365.847 €	951.031 €	1.251.386 €	6,50%	1.332.807 €

IMPOSTOS	Imposto s/ rendimento 31.12.2024	Imposto s/ rendimento 30.09.2025	Imposto s/ rendimento 31.12.2025*	Imposto s/ rendimento 31.12.2026
Imposto corrente sobre RAI	655.951 €	450.873 €	469.852 €	377.865 €
Tx. Imposto / RAI	20,1%	22,8%	22,8%	23,8%
Impostos diferidos	93.202 €	0 €	4.350 €	4.350 €
Activos por impostos diferidos	91.292 €	91.292 €	89.645 €	97.240 €
% de imparidades de crédito	5,3%	7,8%	7,3%	7,3%
Imparidades acumuladas	1.708.432 €	1.175.368 €	1.227.694 €	1.331.714 €

PRESSUPOSTOS DO ORÇAMENTO

GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS	31.12.2024 Real	30.09.2025 Real	31.12.2025 Estimativa*	Taxa variação 2025/2024	31.12.2026 Previsão	Taxa variação 2026/2025
Água	1.130 €	887 €	1.182 €	4,60%	1.227 €	3,78%
Energia	19.298 €	19.131 €	25.508 €	32,20%	26.473 €	3,78%
Combustíveis	2.750 €	2.111 €	2.815 €	2,40%	2.867 €	1,86%
Material de consumo corrente	16.883 €	13.270 €	17.694 €	4,80%	18.023 €	1,86%
Publicações	30 €	30 €	40 €	33,20%	41 €	1,86%
Material de higiene e limpeza	25.160 €	20.781 €	27.708 €	10,10%	28.224 €	1,86%
Rendas e alugueres	5.817 €	5.541 €	7.387 €	27,00%	7.553 €	2,24%
Comunicação (serviços postais, telefone, linhas e telemovel)	52.032 €	35.407 €	47.209 €	-9,30%	48.087 €	1,86%
Despesas de transporte e deslocação	898 €	928 €	1.237 €	37,70%	1.260 €	1,86%
Despesas de representação	8.197 €	950 €	1.267 €	-84,50%	1.290 €	1,86%
Campanhas publicitárias, brindes e divulgações	15.177 €	4.608 €	6.144 €	-59,50%	6.258 €	1,86%
Conservação e reparações	19.995 €	14.102 €	18.803 €	-6,00%	19.152 €	1,86%
Transporte e tratamento de valores	9.333 €	5.477 €	7.303 €	-21,80%	7.439 €	1,86%
Formação de pessoal	8.262 €	64 €	85 €	-99,00%	87 €	1,86%
Seguros	7.075 €	7.472 €	9.962 €	40,80%	10.148 €	1,86%
Avenças e honorários	2.383 €	4.287 €	5.716 €	139,90%	5.822 €	1,86%
Gastos com despesas judiciais e contencioso	10.775 €	2.484 €	3.312 €	-69,30%	3.373 €	1,86%
Gastos com informática	49.133 €	54.401 €	72.535 €	47,60%	73.884 €	1,86%
Gastos com vigilância e segurança	0 €	5.030 €	6.707 €	0,00%	6.831 €	1,86%
Consultores e auditores externos	33.652 €	12.762 €	17.016 €	-49,40%	17.332 €	1,86%
Serviços SIBS	38.794 €	27.881 €	37.174 €	-4,20%	37.918 €	2,00%
Avaliadores Externos	11.142 €	12.519 €	16.692 €	49,80%	17.002 €	1,86%
Gastos com compensações e suporte ao negócio	0 €	0 €	0 €	0,00%	0 €	1,86%
Catálogo de Serviços do Grupo	760.487 €	609.774 €	808.072 €	6,30%	937.298 €	16,00%
Centro Corporativo - CA Serviços - IVA Isento	248.420 €	190.675 €	265.018 €	6,70%	337.379 €	27,30%
Banca Espec, Acomp, Mkt, Dinam - CA Serviços - IVA Isento	127.770 €	98.403 €	131.939 €	3,30%	151.239 €	14,60%
Suporte Operativa Banca e Rede SICAM - CA Serviços - IVA Isento	104.848 €	86.244 €	113.434 €	8,20%	139.956 €	23,40%
Apoio Jurídico, Contab-Fisc, RH, Proc, Rec Físico - CAS - IVA Isento	194.145 €	163.763 €	207.970 €	7,10%	220.825 €	6,20%
SI/TI - CA Serviços - IVA Isento	85.304 €	70.689 €	89.711 €	5,20%	87.899 €	-2,00%
SI/TI - CA Informática - IVA Dedutível	11.031 €	2.711 €	13.379 €	21,30%	14.990 €	12,00%
Outros gastos gerais e administrativos	29.325 €	12.077 €	16.103 €	-45,10%	16.402 €	1,86%
Total dos Gastos Gerais e Administrativos	1.138.759 €	874.685 €	1.171.050 €	2,80%	1.308.981 €	11,80%

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				
	31.12.2024 Real	30.09.2025 Real	31.12.2025 Estimativa*	31.12.2026 Previsão
Juros a Receber				
Juros de Disponibilidades em OIC	0	0	0	0
Juros de Disponibilidades na CCCAM	2.560.469	1.503.551	2.016.946	2.094.975
Juros de Crédito a Empresas	1.324.279	759.289	975.139	873.200
Juros de Crédito a Particulares:	1.599.817	986.479	1.284.743	1.256.291
Habitação	1.049.502	633.319	829.338	826.325
Pessoal	550.314	353.160	455.404	429.966
Juros de Crédito Vencido	16.789	3.369	4.493	4.346
Juros TLRO	0	0	0	0
Juros de Rendimentos de Activos Financeiros	508.005	365.838	487.785	487.785
"+" Total de Juros e Rendimentos Similares	6.009.359	3.618.527	4.769.104	4.716.597
Juros a Pagar				
Recursos de Bancos Centrais	0	0	0	0
Recursos de OIC	162	39	39	0
Recursos da CCCAM	15.453	18.015	26.647	51.436
Empréstimos Subordinados (FGCAM/FACAM)	0	0	0	0
Empréstimos Subordinados (CCAM/CCCAM)	0	0	0	0
Empréstimos Subordinados (Títulos de investimento)	0	0	0	0
Recursos de Clientes - Depósitos à Ordem	736	750	1.013	1.040
Recursos de Clientes - Depósitos a Prazo e poupança	1.550.028	1.006.578	1.377.532	1.203.975
Amortização Activos Financeiros e Outros Juros	0	33.617	44.823	44.823
"-" Total de Juros e Encargos Similares	1.566.378	1.059.000	1.450.055	1.301.274
Margem Financeira	4.442.981	2.559.527	3.319.049	3.415.323
Comissões de comercialização de produtos das Empresas:	324.746	160.379	319.983	369.508
CA Seguros (seguros não vida)	250.134	118.395	244.742	264.612
CA Vida (seguros vida, produtos de capitalização e fundos de pensões)	74.613	41.983	75.241	104.896
Outras Comissões Líquidas	713.652	545.237	741.402	740.843
Total de comissões líquidas	1.038.398	705.615	1.061.385	1.110.351
Rendimentos de Instrumentos de Capital	57.853	59.667	79.556	79.556
Resultados de Reavaliação Cambial	39	39	52	52
Resultados de Alienação de Outros Activos	-7.517	5	7	0
Outros Resultados de Exploração	15.542	-8.796	-2.049	-15.237
Resultado de activos e passivos avaliados ao justo valor através de result	28.828	17.123	22.603	21.473
Resultado de activos financeiros ao justo valor Através de Outro Rendimento Integral	0	0	0	0
Ganhos/(Perdas) de activos financeiros ao Custo Amortizado (CA)	0	0	0	0
Produto Bancário	5.576.124	3.333.181	4.480.603	4.611.519
Custos com Pessoal	1.365.846	951.031	1.251.385	1.332.807
Gastos Gerais e Administrativos	1.138.762	874.684	1.171.051	1.308.981
Resultado Bruto de Exploração	3.071.516	1.507.466	2.058.168	1.969.731
Amortizações do Exercício	88.597	62.459	86.609	126.609
Provisões líquidas de reposições e anulações	214.501	-4.118	-4.118	0
Imparidade do Crédito Líquida de Reversões e Recuperações	-545.645	-543.179	-101.987	238.077
Imparidade de outros activos financeiros Líquida de Reversões e Recuperações e de Aplicações em IC	-928	134	134	0
Imparidade de outros activos Líquida de Reversões e Recuperações	20.875	0	0	0
Ganhos ou Perdas Líquidas de Créditos Modificados	-21.308	-7.991	-7.991	-7.991
Contribuições para o Fundo de Garantia e Fundo de Resolução	6.619	8.383	10.572	10.706
Resultado Antes de Imposto (RAI)	3.266.190	1.975.796	2.058.967	1.586.349
Impostos Correntes	655.951	450.873	469.852	377.865
Impostos Diferidos	93.202	0	4.350	4.350
Resultado do Exercício (RL)	2.517.037	1.524.923	1.584.764	1.204.133

BALANÇO				
	31.12.2024 Real	30.09.2025 Real	31.12.2025 Estimativa	31.12.2026 Previsão
Caixa e Disponibilidade em Bancos Centrais	967.904	1.244.642	1.244.642	1.244.642
Disponibilidade em Outras Instituições de Crédito	1.597.298	4.499.500	4.499.500	4.499.500
Activos Financeiros e Títulos de dívida (C. Amort/Negociação/JVAORI)	10.229.090	16.712.079	16.712.079	16.712.079
Aplicações em Outras Instituições de Crédito	0	0	0	0
Aplicações na CCCAM	122.399.380	111.719.729	115.929.108	125.876.999
Crédito a Clientes Bruto	54.141.546	52.257.209	52.445.926	54.832.267
Crédito a Empresas	24.537.454	22.233.225	21.905.793	22.315.053
Crédito a Particulares	29.604.092	30.023.984	30.540.133	32.517.214
Habitação	22.063.005	22.710.129	23.270.161	25.210.892
Pessoal	7.541.087	7.313.856	7.269.972	7.306.322
Imparidades de Crédito	-1.708.432	-1.175.368	-1.227.694	-1.331.714
Activos Não Correntes detidos para Venda	104.125	104.125	104.125	0
Outros Activos Tangíveis	1.744.320	1.708.172	2.017.022	2.890.414
Activos intangíveis	0	0	0	0
Investimentos em Filiais, Associadas e Emp. Conjuntos	2.743.840	2.743.840	2.743.840	2.743.840
Activos por Impostos Correntes	0	0	0	0
Activos por impostos diferidos	91.292	91.292	89.645	97.240
Outros Activos	1.221.372	1.018.800	1.022.480	1.069.004
Total do Activo	193.531.735	190.924.022	195.580.675	208.634.272
Recursos de Bancos Centrais	0	0	0	0
Recursos de OIC	0	0	0	0
Recursos da CCCAM	192.837	704.516	704.516	1.353.000
Recursos de Clientes e Outros Empréstimos:	169.668.071	165.961.290	170.556.255	181.733.878
Depósitos à Ordem	81.327.184	77.135.747	79.295.548	85.559.896
Depósitos a Prazo e poupança	88.093.258	88.551.411	90.986.575	95.899.850
Outros Depósitos	247.629	274.132	274.132	274.132
Passivos Subordinados e títulos de investimento	0	0	0	0
Empréstimos subordinados FGCAM/FACAM	0	0	0	0
Empréstimos subordinados CCAM / CCCAM	0	0	0	0
Títulos de investimento	0	0	0	0
Provisões	215.619	213.941	213.941	213.941
das quais para pré-reformas			0	0
Outros Passivos	855.156	511.485	513.332	536.690
Total do Passivo	170.931.684	167.391.233	171.988.045	183.837.509
Capital próprio				
Capital	16.767.730	18.160.405	18.160.405	18.160.405
Reservas de Reavaliação e outro rendimento integral acumulado	-381.948	-381.948	-381.948	-381.948
Outras Reservas e Resultados Transitados	3.697.232	4.229.409	4.229.409	5.814.173
Resultados do Exercício	2.517.037	1.524.923	1.584.764	1.204.133
Total do Capital	22.600.051	23.532.789	23.592.630	24.796.763
Total do Capital + Passivo	193.531.735	190.924.022	195.580.675	208.634.272

INDICADORES BANCÁRIOS			
	2024 Real	2025 Estimativa	2026 Previsão
Qualidade da Carteira de Crédito			
Rácio de Crédito Vencido	0,1%	1,1%	0,8%
Rácio de NPLs (com IC)	1,0%	1,0%	0,9%
Rácio de NPLs (sem IC)	3,6%	3,3%	3,0%
Rácio de Cobertura de NPLs por imparidades	94,3%	75,2%	84,9%
Rácios de Rentabilidade			
RAI / Activo Líquido	1,7%	1,1%	0,8%
PB / Activo Líquido	2,9%	2,3%	2,2%
RAI / Capitais Próprios	14,5%	8,7%	6,4%
Margem Financeira / PB	79,7%	74,1%	74,1%
Comissões Líquidas / PB	18,6%	23,7%	24,1%
Rácios de Eficiência			
(Gastos de Funcionamento* + Amortizações do Exercício) / PB	46,0%	56,0%	60,0%
Gastos com Pessoal / PB	24,5%	27,9%	28,9%
Rácio de Transformação			
Rácios de Transformação (inst.16/2004 BP)	30,9%	30,0%	29,4%
Rácios Capital			
Fundos Próprios Totais	20.076.976 €	22.001.828 €	23.586.592 €
Fundos Próprios Tier1	20.076.976 €	22.001.828 €	23.586.592 €
Fundos Próprios Tier2	0 €	0 €	0 €
RWA (Activos ponderados pelo risco)	47.439.294 €	47.716.836 €	48.663.197 €
Operational Risk	8.760.651 €	9.856.744 €	9.196.268 €
Credit Risk	38.678.643 €	37.860.092 €	39.466.929 €
Rácio CET1	42,3%	46,1%	48,5%
Rácio Fundos Próprios Totais	42,3%	46,1%	48,5%
Rúbricas			
Activo Líquido	193.531.735 €	195.580.675 €	208.634.272 €
Margem Financeira	4.442.981 €	3.319.049 €	3.415.323 €
Produto Bancário (PB)	5.576.124 €	4.480.603 €	4.611.519 €
Resultados Antes de Impostos	3.266.190 €	2.058.967 €	1.586.349 €
Capitais Próprios	22.600.051 €	23.592.630 €	24.796.763 €
Empréstimos subordinados ou títulos de investimento	0 €	0 €	0 €

(*) Exclui custos não recorrentes (nomeadamente referentes a processos de reorganização interna, se aplicável).

Conclusão

O plano de Atividades e Orçamento para 2026 apresenta de uma forma prudente e sustentada a atividade global da instituição.

Neste contexto mostra um crescimento moderado e cauteloso no que diz respeito à constituição de imparidades, fruto da elevada incerteza, impulsionada por tensões comerciais dos EUA com diversos parceiros, pelas revisões das políticas tarifárias e manutenção dos conflitos geopolíticos, nomeadamente na Ucrânia e no Médio Oriente.

As previsões de resultados foram definidas, tendo por base essa perspetiva de prudência, dada a enorme regulação que incide sobre o setor, aliada a uma conjuntura económica incerta e imprevisível.

No corrente ano já se assistiu a uma significativa diminuição da margem financeira, em consequência da diminuição dos juros, recebidos em crédito e nas aplicações da Caixa Central, ainda que amenizada pela ligeira diminuição dos juros pagos pelos recursos dos clientes. Esta situação já se verificava desde o final do ano de 2024, quando se acentuou a descida das taxas Euribor e das taxas de referência do Banco Central Europeu.

Prevê-se a manutenção de uma ligeira diminuição das taxas de juro, com tendência para a estabilização, pelo que continua a ser fundamental o acompanhamento regular dos objetivos comerciais, tendo em vista o seu cumprimento, que só será possível com o empenho de todos os colaboradores.

Nestas condições, torna-se imperioso dinamizar a atividade comercial, em todas as suas vertentes, tendo maior foco nas rubricas de crédito, com o objetivo final de melhorar o rácio de transformação, a margem financeira e consequentemente o produto bancário.

Assim sendo, apresentamos aos Senhores Associados, a nossa proposta do Plano de Atividades e Orçamento que pomos à vossa consideração e que esperamos, mereça a vossa aprovação.

Mogadouro, 19 de novembro de 2025

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*Osvaldo José Ferreira,
José Afonso da Silva Martins Gomes
Rui Manuel Martins Paes
Léonor*

Parecer do Conselho Fiscal

No uso das competências que lhe são conferidas pelo artigo 35.º dos Estatutos da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Douro e Sabor, CRL e, tendo acompanhado a atividade da Caixa, reuniu-se o Conselho Fiscal na sede administrativa, sita na Avenida do Sabor n.º 59/61, em Mogadouro, com a presença do Presidente, Nuno Miguel Teixeira Fernandes, e do Vogal, Roberto de Oliveira Cangueiro, com o objetivo de emitir parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento para o exercício de 2026, submetido pelo Conselho de Administração.

Após leitura detalhada, análise crítica da documentação e obtenção dos esclarecimentos julgados necessários, o Conselho Fiscal deliberou, por unanimidade, emitir as seguintes considerações:

1. O Plano de Atividades e o Orçamento para 2026 apresentam coerência interna e consistência com os pressupostos macroeconómicos, setoriais e estratégicos, demonstrando enquadramento adequado no contexto nacional e internacional, no mercado bancário, bem como no posicionamento do Grupo Crédito Agrícola. As medidas e ações previstas mostram alinhamento com os objetivos estratégicos definidos e com o perfil de risco da Instituição, tendo-se verificado a adequação dos pressupostos e das estimativas contidos.
2. A orientação estratégica delineada pelo Conselho de Administração revela-se prudente e ajustada, refletindo:
 - A previsível estabilização ou ligeira redução das taxas de juro;
 - O impacto da evolução da margem financeira após a contração de 2025;
 - A incerteza geopolítica global (Europa, Médio Oriente, América do Sul);
 - A evolução das principais economias mundiais e das políticas tarifárias internacionais;
 - A possibilidade de revisões das taxas Euribor dependendo das decisões do BCE.Estas variáveis, adequadamente identificadas, poderão influenciar o desempenho financeiro do exercício.
3. Considerando o contexto referenciado no ponto anterior, verifica-se um crescimento moderado e cauteloso, tendo sido previsto o reforço e a constituição de imparidades referentes ao crédito concedido em resultado de toda a incerteza a que se assiste.
4. Para o exercício de 2026, os indicadores apresentados traduzem um otimismo moderado, nomeadamente:
 - Manutenção da margem financeira;
 - Estabilidade do produto bancário;

- Provável redução do resultado líquido, decorrente das imparidades previstas, em resultado das pressões macroeconómicas identificadas.

5. O Plano prevê a continuidade do investimento na modernização operacional, tecnológica e infraestrutural, incluindo condições de trabalho, eficiência de processos e proximidade com os associados e clientes, reforçando a sustentabilidade futura da Instituição.
6. O trabalho efetuado pelo Conselho de Administração permite ao Conselho Fiscal dispor de uma base sólida para avaliação da razoabilidade dos pressupostos utilizados, não tendo sido identificadas distorções materialmente relevantes na informação previsional. Entendemos, assim, que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do Parecer sobre o Plano de Atividades e o Orçamento para o ano de dois mil e vinte e seis.
7. Com base na análise efetuada ao Plano de Atividades e Orçamento, nada chegou ao conhecimento deste Conselho Fiscal que permita concluir que:
 - Os pressupostos não são adequados,
 - As estimativas não foram preparadas de forma consistente,
 - Ou que a informação não está conforme as políticas e princípios aplicáveis.

Salienta-se, que os acontecimentos futuros poderão divergir das previsões, sem que tal signifique incorreção ou inadequação da metodologia utilizada.

8. O Conselho Fiscal expressa votos de sucesso ao Conselho de Administração na execução das medidas e na concretização dos objetivos estabelecidos, reconhecendo que tal exigirá o empenho e a dedicação de todos os colaboradores da Instituição.

Parecer Final

Assim, e tendo em conta a documentação analisada, os esclarecimentos prestados e as diligências realizadas, o Conselho Fiscal da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Douro e Sabor, CRL, emite, por unanimidade, parecer favorável ao Plano de Atividades e Orçamento para o exercício de 2026, recomendando a sua aprovação.

Mogadouro, 5 de dezembro de 2025

O Conselho Fiscal,